



BANCO CENTRAL DO BRASIL

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL

ATA DA 673ª SESSÃO, REALIZADA EM 24.02.2000

SUMÁRIO

	Fls.
Registro CMN Nº 029/2000 (MF).....	2
Voto CMN Nº 018/2000 (BACEN).....	2
Anexo	7
Voto CMN Nº 023/2000 (BACEN).....	3
Anexo	14
Voto CMN Nº 024/2000 (BACEN).....	3
Anexo	29
Voto CMN Nº 025/2000 (BACEN).....	4
Anexo	32
Voto CMN Nº 020/2000 (BACEN).....	4
Anexo	40
Voto CMN Nº 021/2000 (BACEN).....	4
Anexo	51

[Handwritten signature]





BANCO CENTRAL DO BRASIL

673ª SESSÃO DO CMN, DE 24.02.2000

Fls.

Voto CMN Nº 022/2000 (BACEN).....	5
Anexo	63
Voto CMN Nº 017/2000 (BACEN).....	5
Anexo	69
Voto CMN Nº 026/2000 (MF)	5
Anexo	75
Voto CMN Nº 027/2000 (MF)	6
Anexo	79

— oo0oo —





BANCO CENTRAL DO BRASIL

**ATA DA SEXCENTÉSIMA SEPTUAGÉSIMA TERCEIRA SESSÃO DO
CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL, DE 24.02.2000**

Às onze horas do dia vinte e quatro de fevereiro de dois mil, na sala de reuniões do Conselho Monetário Nacional, localizada no 6º andar do Edifício-Sede do Ministério da Fazenda, em Brasília, realizou-se a sexcentésima septuagésima terceira sessão do Conselho Monetário Nacional, sob a presidência do Exmo. Sr. Ministro da Fazenda, Pedro Sampaio Malan, e com a participação dos Exmos. Srs. Conselheiros: Martus Antônio Rodrigues Tavares, Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão; e Arminio Fraga Neto, Presidente do Banco Central do Brasil.

Participaram, também, os Exmos. Srs.: José Luiz Osório de Almeida Filho, Presidente da Comissão de Valores Mobiliários; Guilherme Gomes Dias, Secretário-Executivo do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; Secretários do Ministério da Fazenda: Amaury Guilherme Bier, Secretário-Executivo; Edward Joaquim Amadeo Swaelen, Secretário de Política Econômica; e Diretores do Banco Central do Brasil: Carlos Eduardo de Freitas, Diretor de Finanças Públicas e Regimes Especiais, respondendo, cumulativamente, pelos assuntos de Fiscalização; Edison Bernardes dos Santos, Diretor de Administração; Luiz Fernando Figueiredo, Diretor de Política Monetária; e Sérgio Darcy da Silva Alves, Diretor de Normas e Organização do Sistema Financeiro.

Compareceram, como convidados, os Srs.: Eduardo Refinetti Guardia, Secretário-Adjunto da Secretaria do Tesouro Nacional; Daniel Rodrigues Alves, Procurador-Geral Adjunto da Procuradoria-Geral da





BANCO CENTRAL DO BRASIL

673ª sessão do CMN, de 24.02.2000

2

Fazenda Nacional; e do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão: Manoel Lucívio de Loyola, Consultor Jurídico; Maria Regina Costa Alvarez, Assessora de Imprensa; e José Guilherme Almeida dos Reis, Economista-Chefe da Assessoria Econômica.

Estiveram presentes também, pelo Banco Central do Brasil, o Sr. João dos Reis Borges Muniz, Assessor de Imprensa, e os Srs. servidores: Antônio Carlos Monteiro, Secretário-Executivo da Diretoria; José Antônio de Castro, Secretário para Assuntos da Diretoria e do Conselho Monetário Nacional; e Carlos Alberto de São Tiago Hagstrom, Consultor da Procuradoria-Geral.

— oo0oo —

Iniciada a reunião, o Ministro da Fazenda referiu-se à primeira participação do Sr. José Luiz Osório de Almeida Filho, Presidente da Comissão de Valores Mobiliários, registrando, em nome de todos, a satisfação por vê-lo ocupando merecidamente esse cargo, por sua qualificação profissional, competência e dedicação à causa pública. Na oportunidade, mencionou a presença do Sr. Eduardo Refinetti Guardia, Secretário Adjunto da Secretaria do Tesouro Nacional(Registro CMN N° 029/2000).

— oo0oo —

Dando prosseguimento aos trabalhos, o Ministro da Fazenda passou a palavra ao Presidente do Banco Central do Brasil, que apresentou os assuntos a seguir titulados:

BANCO CENTRAL DO BRASIL – ASSUNTOS DE NORMAS E ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO E ASSUNTOS DE POLÍTICA ECONÔMICA – PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXIGIDO PARA COBERTURA DO





BANCO CENTRAL DO BRASIL

673ª sessão do CMN, de 24.02.2000

3

RISCO DECORRENTE DA EXPOSIÇÃO DAS OPERAÇÕES REGISTRADAS NOS DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS À VARIAÇÃO DAS TAXAS DE JUROS PRATICADAS NO MERCADO – ESTABELECIMENTO DE CRITÉRIOS PARA A APURAÇÃO (Voto CMN Nº 018/2000, anexado às fls. 7 a 9, do Presidente do Banco Central do Brasil).

O Conselho aprovou o Voto, tendo sido assinada, na oportunidade a Resolução nº 2.692 (anexada às fls. 10 a 13).

BANCO CENTRAL DO BRASIL – ASSUNTOS DE NORMAS E ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO E ASSUNTOS INTERNACIONAIS – APLICAÇÃO DOS RECURSOS DAS PROVISÕES TÉCNICAS DOS RESSEGURADORES LOCAIS E ADEQUAÇÃO DAS NORMAS RELATIVAS A SEGURO E A RESSEGURO À LEI Nº 9.932, DE 20.12.1999, INCLUINDO A ABERTURA E A MOVIMENTAÇÃO DE CONTAS EM MOEDA ESTRANGEIRA TITULADAS POR SOCIEDADE SEGURADORA, RESSEGURADOR LOCAL, RESSEGURADOR ADMITIDO OU CORRETORA DE RESSEGURO (Voto CMN Nº 023/2000, anexado às fls. 14 a 18, do Presidente do Banco Central do Brasil).

O Conselho aprovou o Voto, tendo sido assinadas, na oportunidade, as Resoluções nº 2.693 (anexada às fls. 19 a 23), nº 2.694 (anexada às fls. 24 e 25), nº 2.695 (anexada às fls. 26 e 27), e a Circular nº 2.968 (anexada à fl. 28).

BANCO CENTRAL DO BRASIL – ASSUNTOS DE NORMAS E ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO – BANCOS MÚLTIPLOS COM CARTEIRA COMERCIAL E BANCOS COMERCIAIS – POSTOS BANCÁRIOS DE ARRECADAÇÃO E PAGAMENTOS (PAP) – MUDANÇA DE ENDEREÇO (Voto CMN Nº 024/2000, anexado às fls. 29 e 30, do Presidente do Banco Central do Brasil).

O Conselho aprovou o Voto, tendo sido assinada, na oportunidade, a Resolução nº 2.696 (anexada à fl. 31).





BANCO CENTRAL DO BRASIL

673ª sessão do CMN, de 24.02.2000

4

BANCO CENTRAL DO BRASIL – ASSUNTOS DE NORMAS E ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO – CRITÉRIOS DE CLASSIFICAÇÃO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES EM NOTA EXPLICATIVA ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Voto CMN Nº 025/2000, anexado às fls. 32 a 35, do Presidente do Banco Central do Brasil).

O Conselho aprovou o Voto, tendo sido assinada, na oportunidade, a Resolução nº 2.697 (anexada às fls. 36 a 39).

BANCO CENTRAL DO BRASIL – ASSUNTOS DE NORMAS E ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO – HEWLETT PACKARD CORPORATION – PARTICIPAÇÃO ESTRANGEIRA NO CAPITAL DE INSTITUIÇÃO FINANCEIRA NACIONAL – CONSTITUIÇÃO DE BANCO DE INVESTIMENTO – INTERESSE DO GOVERNO BRASILEIRO – ART. 52 DO ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS (Voto CMN Nº 020/2000, anexado às fls. 40 a 50, do Presidente do Banco Central do Brasil).

O Conselho aprovou o Voto.

BANCO CENTRAL DO BRASIL – ASSUNTOS DE NORMAS E ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO – THE GOLDMAN SACHS GROUP, INC. – PARTICIPAÇÃO ESTRANGEIRA NO CAPITAL DE INSTITUIÇÃO FINANCEIRA NACIONAL – CONSTITUIÇÃO DE BANCO MÚLTIPLO – INTERESSE DO GOVERNO BRASILEIRO – ART. 52 DO ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS (Voto CMN Nº 021/2000, anexado às fls. 51 a 62, do Presidente do Banco Central do Brasil).

O Conselho aprovou o Voto.





BANCO CENTRAL DO BRASIL

673ª sessão do CMN, de 24.02.2000

5

BANCO CENTRAL DO BRASIL – ASSUNTOS DE POLÍTICA MONETÁRIA – BANCO MERIDIONAL DO BRASIL S.A. – DIRECIONAMENTO DOS RECURSOS CAPTADOS EM DEPÓSITOS DE POUPANÇA – CRONOGRAMA DE ENQUADRAMENTO (Voto CMN Nº 022/2000, anexado às fls. 63 a 68, do Presidente do Banco Central do Brasil).

O Conselho aprovou o Voto.

BANCO CENTRAL DO BRASIL – ASSUNTOS DE NORMAS E ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO E ASSUNTOS DE POLÍTICA MONETÁRIA – CRÉDITO RURAL – AJUSTE TRANSITÓRIO NO CRITÉRIO DE CUMPRIMENTO DA EXIGIBILIDADE DE APLICAÇÕES EM CRÉDITO RURAL DE QUE TRATA O MCR 6-2 (RECURSOS OBRIGATÓRIOS) (Voto CMN Nº 017/2000, anexado às fls. 69 a 71, do Presidente do Banco Central do Brasil).

O Conselho aprovou o Voto, tendo sido assinada, na oportunidade, a Resolução nº 2.691 (anexada às fls. 72 a 74).

CRÉDITO RURAL – PROGRAMA DE MODERNIZAÇÃO DA FROTA DE TRATORES AGRÍCOLAS E IMPLEMENTOS ASSOCIADOS E COLHEITADEIRAS (Voto CMN Nº 026/2000, anexado às fls. 75 e 76, do Ministro da Fazenda).

O Conselho aprovou o Voto, tendo sido assinada, na oportunidade, a Resolução nº 2.699 (anexada às fls. 77 e 78).

— oo0oo —





BANCO CENTRAL DO BRASIL

673ª sessão do CMN, de 24.02.2000

6

Finalizando, o Presidente do Banco Central apresentou o Voto CMN Nº 027/2000 – PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO DA LAVOURA CACAUEIRA BAIANA – AJUSTES (anexado à fl. 79), do Ministro da Fazenda.

O Conselho aprovou o Voto, tendo sido assinada, na oportunidade, a Resolução nº 2.698 (anexada à fl. 80).

— oo0oo —

Nada mais havendo a tratar, o Ministro da Fazenda declarou encerrada a sessão, da qual mandou lavrar esta ata, que vai assinada por todos os integrantes do Colegiado presentes, ficando estabelecidas as datas das próximas reuniões da COMOC e do CMN para os dias 29 e 30 de março, respectivamente.

Anexos: – total de 74 folhas

– 10 Votos

Brasília, 24 de fevereiro de 2000.

Pedro Sampaio Malan

Martus Antônio Rodrigues Tavares

Arminio Fraga Neto





BANCO CENTRAL DO BRASIL

CMN Nº: 018/2000

BANCO CENTRAL DO BRASIL - Assuntos de Normas e Organização do Sistema Financeiro e Assuntos de Política Econômica - Patrimônio líquido exigido para cobertura do risco decorrente da exposição das operações registradas nos demonstrativos contábeis à variação das taxas de juros praticadas no mercado - Estabelecimento de critérios para a apuração - Minuta de resolução.

Senhores Conselheiros,

A Diretoria Colegiada do Banco Central do Brasil, em sessão realizada em 10.02.2000, aprovou o incluso Voto BCB nº 420/99, em que se propõe seja baixada resolução estabelecendo critério para apuração do Patrimônio Líquido Exigido (PLE) para cobertura do risco decorrente da exposição das operações registradas nos demonstrativos contábeis à variação das taxas de juros praticadas no mercado, para as instituições referidas no Regulamento Anexo IV à Resolução nº 2.099, de 1994.

2. Na oportunidade, decidiu-se pelo encaminhamento do assunto a este Conselho.
3. É o que submeto à consideração de V.Exas., com meu voto favorável.

Anexo.

VOTO DO CONSELHEIRO
ARMINIO FRAGA NETO
Em 23.02.2000







1

BANCO CENTRAL DO BRASIL

BCB N.º 420/99

Voto

Assunto de Normas e Organização do Sistema Financeiro e de Política Econômica - Patrimônio líquido exigido para cobertura do risco decorrente da exposição das operações registradas nos demonstrativos contábeis à variação das taxas de juros praticadas no mercado - Estabelecimento de critérios para a apuração.

Senhores Diretores,

A quantificação dos riscos decorrentes da variação das taxas de juros praticadas no mercado requer a utilização de instrumentos que possibilitem analisar os efeitos potenciais futuros de mudanças dessa variável sobre a condição financeira da instituição. Geralmente as alterações nas taxas de juros de mercado modificam os fluxos de caixa, o *spread* entre ativos e passivos e o valor dos contratos registrados em contas de compensação, como é o caso dos derivativos, por exemplo.

2. Nessa ordem de idéias e consoante orientação traçada nos termos do Voto BCB n.º 452, de 13 de novembro de 1996, propomos a regulamentação da matéria, mediante o estabelecimento de critérios a partir da soma das parcelas representativas do valor em risco (VaR) das operações referenciadas em taxa de juro.

3. A regulamentação ora proposta incorpora metodologia que foi padronizada no âmbito deste Banco Central, e se contrapõe à abordagem padrão estática até então recomendada pelo Comitê de Supervisão Bancária de Basileia a qual pode produzir uma exigência de capital excessiva em cenários de normalidade e insuficiente em situações de estresse.

4. Registre-se, neste aspecto, a realização de inúmeros testes e simulações os quais demonstraram o alto grau de consistência do modelo proposto no que se refere à captura e adequada quantificação dos riscos de que se trata, em quaisquer das hipóteses assinaladas.

5. Outrossim, objetivando a adequação da regulamentação aplicável à matéria ao novo modelo de requerimento de capital, julgamos oportuna a introdução de dispositivos no sentido de que os procedimentos e controles estabelecidos tanto na Resolução n.º 2.606, de 27 de maio de 1999, que trata do limite para o total de exposição em ouro e em ativos e passivos referenciados em variação cambial, quanto no normativo ora proposto, passem a figurar dentre as responsabilidades do administrador tecnicamente qualificado responsável pelo gerenciamento de risco da instituição, observado o disposto na Resolução n.º 2.554, de 24 de setembro de 1998, que trata de sistemas de controles internos. Da mesma forma, seria compatibilizado o Regulamento Anexo IV à Resolução n.º 2.099, de 17 de agosto de 1994.

6. Há que se destacar, por outro lado, que consoante o estabelecido no art. 1.º da Resolução n.º 2.212, de 16 de novembro de 1995, com a redação dada pela Resolução n.º 2.607, de 27 de maio de 1999, o fator de alavancagem F aplicável ao ativo ponderado pelo risco de crédito das instituições teve seu valor definido em função do tempo de funcionamento das mesmas, ou seja: equivalente a 0,32 para as instituições com até 2 anos de funcionamento; a 0,24 para aquelas em funcionamento entre 2 e 4 anos; a 0,16,




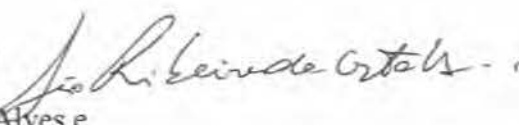


BANCO CENTRAL DO BRASIL

entre 4 e 6 anos, e equivalente a 0,11 para as instituições com mais de 6 anos de atividade.

7. Considerando, entretanto, os aperfeiçoamentos recentemente introduzidos na regulamentação prudencial, notadamente no que se refere ao gerenciamento de risco das operações das instituições, à qualificação de seus administradores e aos critérios de provisionamento, entendemos oportuna a unificação do mencionado fator F em 0,11.

É o que submetemos à consideração de V.Sas., nos termos da anexa minuta de Resolução, com a nossa manifestação favorável, esclarecido que o assunto deverá ser encaminhado à apreciação do Conselho Monetário Nacional.



Voto dos Diretores Sérgio Darcy da Silva Alves e
Sérgio Ribeiro da Costa Werlang
Em 23.11.1999



RESOLUÇÃO Nº 2.692

Estabelece critério para apuração do Patrimônio Líquido Exigido (PLE) para cobertura do risco decorrente da exposição das operações registradas nos demonstrativos contábeis à variação das taxas de juros praticadas no mercado, para as instituições referidas no Regulamento Anexo IV à Resolução nº 2.099, de 1994.

O BANCO CENTRAL DO BRASIL, na forma do art. 9º da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, torna público que o CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL, em sessão realizada em 24 de fevereiro de 2000, tendo em vista o disposto no art. 4º, incisos VIII e XI, da referida Lei, na Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965, no art. 20 da Lei nº 4.864, de 29 de novembro de 1965, na Lei nº 6.099, de 12 de setembro de 1974, com as alterações introduzidas pela Lei nº 7.132, de 26 de outubro de 1983, e no art. 6º do Decreto-lei nº 759, de 12 de agosto de 1969,

RESOLVEU:

Art. 1º Estabelecer que o cálculo do Patrimônio Líquido Exigido (PLE) de que trata o Regulamento Anexo IV à Resolução nº 2.099, de 17 de agosto de 1994, deve englobar o risco decorrente da exposição das operações registradas nos demonstrativos contábeis das instituições referidas naquele Regulamento, à variação das taxas de juros praticadas no mercado.

Art. 2º Alterar o Regulamento Anexo IV à Resolução nº 2.099, de 1994, e alterações posteriores, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Regulamento Anexo IV à Resolução nº 2.099, de 17 de agosto de 1994, que estabelece a Obrigatoriedade de Manutenção, pelas Instituições Financeiras e demais Instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, de Valor de Patrimônio Líquido, ajustado na forma da regulamentação em vigor, Compatível com o Grau de Risco da Estrutura de seus Ativos, Passivos e Contas de Compensação.

Art. 1º As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, exceto as cooperativas de crédito e as sociedades de crédito ao microempreendedor, além dos limites mínimos de capital realizado e patrimônio líquido estabelecidos na regulamentação em vigor, devem manter valor de patrimônio líquido ajustado compatível com o grau de risco da estrutura de seus ativos, passivos e contas de compensação.

Parágrafo único. A obtenção do valor de que se trata deve levar em consideração, relativamente ao risco de crédito, a ponderação das operações ativas da instituição pelo risco a essas atribuído.

Art. 2º O cálculo do valor do patrimônio líquido referido no art. 1º obedecerá à seguinte fórmula:

$$PLE = F \cdot Apr + F' \cdot \sum_{i=1}^{n1} RCD_i + F'' \cdot \max \left\{ \left(\sum_{i=1}^{n2} |Apr_i| - 0,2 \cdot PLA \right); 0 \right\} + \sum_{i=1}^{n3} EC_i, \text{ onde:}$$

PLE = patrimônio líquido exigido;

F = fator aplicável ao Apr, equivalente a 0,11 (onze centésimos);

Apr = Ativo ponderado pelo risco = total do produto dos títulos do Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo (código 1.0.0.00.00-7 do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF) pelos fatores de risco correspondentes + produto do Ativo Permanente (código 2.0.0.00.00-4 do COSIF) pelo fator de risco correspondente + produto dos títulos de Coobrigações e Riscos em Garantias Prestadas (código 3.0.1.00.00-4 do COSIF) pelos fatores de risco correspondentes;

F' = fator aplicável ao risco de crédito das operações de *swap*, igual a 0,20 (vinte centésimos);

n₁ = número de operações de *swap* inscritas na conta 3.0.6.10.60-4 do COSIF;

RCD_i = risco de crédito da i-ésima operação de *swap* inscrita na conta 3.0.6.10.60-4 do COSIF, consistente na ponderação do valor de referência da operação no momento da respectiva contratação (VN_i) pelo fator de risco potencial correspondente, considerado seu prazo a decorrer, dado pela fórmula:

$$RCD_i = VN_i \sqrt{Ra_i^2 + Rp_i^2 - 2 ra_i p_i \cdot Ra_i \cdot Rp_i}, \text{ onde:}$$

Ra_i = risco do referencial ativo da i-ésima operação;

Rp_i = risco do referencial passivo da i-ésima operação;

ra_i p_i = correlação entre os referenciais ativo e passivo da i-ésima operação;

F'' = fator aplicável às operações com ouro e com ativos e passivos referenciados em variação cambial, incluídas aquelas realizadas nos mercados de derivativos, igual a 0,50 (cinquenta centésimos);

n₂ = número de posições líquidas em cada moeda e em ouro;

Apr_c = valor das posições líquidas das operações com ouro e com ativos e passivos referenciados em variação cambial, incluídas aquelas realizadas nos mercados de derivativos;

PLA = patrimônio líquido ajustado, apurado nos termos da Resolução nº 2.543, de 26 de agosto de 1998;

n₃ = número de parcelas representativas do valor de PLE para cobertura do risco de mercado de taxa de juros em determinada moeda/base de remuneração;

EC_i = parcela representativa do valor de PLE para cobertura do risco de mercado de taxa de juro em determinada moeda/base de remuneração.

§ 1º Para efeito da apuração do risco das operações de *swap* (RCD_i), os valores referentes aos riscos dos referenciais objeto, bem como as suas correlações, serão calculados e divulgados na forma a ser definida pelo Banco Central do Brasil.

§ 2º Para efeito da apuração do Apr, os riscos das operações ativas obedecerão a classificação constante da tabela anexa a este Regulamento.

§ 3º Para efeito da apuração do PLE para cobertura do risco de mercado relativo a taxa de juros, serão utilizados a metodologia, as fórmulas e os parâmetros estabelecidos pelo Banco Central do Brasil.

Art. 3º Não integram a base de cálculo do PLE, para efeito de apuração do risco de crédito:

I - as operações com garantia realizadas em sistemas administrados por bolsas de valores ou de mercadorias e de futuros;

II - as operações nas quais a instituição atue exclusivamente como intermediadora, não assumindo quaisquer direitos ou obrigações com a contraparte.

Art. 4º Fica o Banco Central do Brasil autorizado a:

I - alterar a tabela referida no art. 2º, § 2º, bem como os fatores F, F' e F'', e demais parâmetros constantes da fórmula estabelecida no *caput* do referido artigo;

II - atribuir fatores de risco aos títulos contábeis constantes do COSIF;

III - divulgar a metodologia de cálculo para a determinação do valor de cada uma das parcelas representativas do valor de PLE para cobertura do risco de mercado de taxa de juro em determinada moeda/base de remuneração;

IV - baixar recomendações voltadas para a avaliação e para o gerenciamento dos riscos das instituições financeiras e demais instituições por ele autorizadas a funcionar, de molde a propiciar melhor compreensão e a implementação dos instrumentos necessários ao controle e à supervisão das operações financeiras, em geral, e daquelas realizadas nos mercados de derivativos, em particular.”

Art. 3º Os procedimentos e os controles relativos à apuração dos limites estabelecidos na Resolução nº 2.606, de 27 de maio de 1999, e nesta Resolução constituem responsabilidade de administrador tecnicamente qualificado responsável pelo gerenciamento de risco da instituição, observado o disposto na Resolução nº 2.554, de 24 de setembro de 1998.

Art. 4º As instituições referidas no art. 1º terão prazo até 30 de junho de 2000, para a adaptação dos respectivos valores de PLE às condições estabelecidas nesta Resolução.

Art. 5º Na hipótese de o valor do PLE, apurado na forma do art. 2º do Regulamento Anexo IV à Resolução nº 2.099, de 1994, com a redação dada pelo art. 2º desta Resolução, revelar-se, na data da entrada em vigor desta Resolução, superior ao valor do PLA referido no mesmo artigo, o excesso deve ser eliminado à medida que liquidadas as operações, ficando a instituição impedida de assumir novas posições que onerem referido valor, até o seu efetivo enquadramento.

TÍTULO : DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS – 29

CAPÍTULO : Resoluções Não Codificadas – 1

SEÇÃO :



4

Art. 6º A não observância dos padrões de capital e de patrimônio líquido mínimos de que trata esta Resolução e regulamentação complementar sujeita a instituição ao disposto nos arts. 2º da Resolução nº 2.099, de 1994, e 11 da Resolução nº 2.212, de 1995.

Art. 7º Fica o Banco Central do Brasil autorizado a baixar as normas e a adotar as medidas necessárias ao cumprimento do disposto nesta Resolução.

Art. 8º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º Ficam revogados os arts. 1º da Resolução nº 2.212, de 16 de novembro de 1995, 2º, 3º e 5º da Resolução nº 2.399, de 25 de junho de 1997, 2º e 3º da Resolução nº 2.606, de 1999, e 2º da Resolução nº 2.607, de 27 de maio de 1999.

Brasília, 24 fevereiro 2000

Arminio Fraga Neto
Presidente





BANCO CENTRAL DO BRASIL

CMN Nº 023/2000

BANCO CENTRAL DO BRASIL - Assuntos de Normas e Organização do Sistema Financeiro e Assuntos Internacionais – Aplicação dos recursos das provisões técnicas dos resseguradores locais e adequação das normas relativas a seguro e a resseguro à Lei nº 9.932, de 1999, incluindo a abertura e a movimentação de contas em moeda estrangeira tituladas por sociedade seguradora, ressegurador local, ressegurador admitido ou corretora de resseguro - Minutas de Resoluções e de Circular.

Senhores Conselheiros,

A Diretoria Colegiada do Banco Central do Brasil, em sessão realizada em 17.02.2000, aprovou o incluso Voto BCB nº 058/2000, em que se propõe sejam baixados normativos dispondo sobre as aplicações, em moeda estrangeira, dos recursos garantidores das provisões técnicas de sociedade seguradora e de ressegurador local e sobre as aplicações de recursos exigidos no País para a garantia das obrigações de ressegurador admitido. Em cumprimento à Lei nº 9.932, de 1999, regulamenta, ainda, a abertura e movimentação de contas, em moeda estrangeira, tituladas por sociedade seguradora, ressegurador local, ressegurador admitido ou corretora de resseguros.

2. Na oportunidade, decidiu-se pelo encaminhamento do assunto a este Conselho.
3. É o que submeto à consideração de V.Exas., com meu voto favorável.

Anexo.

VOTO DO CONSELHEIRO
ARMINIO FRAGA NETO
Em 23.02.2000





BANCO CENTRAL DO BRASIL



1

BCB N.º 058/2000

Voto

Assunto de Normas e Organização do Sistema Financeiro e Assuntos Internacionais - Aplicação dos recursos das provisões técnicas dos resseguradores locais e adequação das normas relativas a seguro e a resseguro à Lei nº 9.932, de 1999, incluindo a abertura e a movimentação de contas em moeda estrangeira tituladas por sociedade seguradora, ressegurador local, ressegurador admitido ou corretora de resseguro.

Senhores Diretores,

Emenda Constitucional nº 13, de 21 de agosto de 1996, dando nova redação ao inciso II do art. 192 da Constituição Federal, constituiu, a rigor, o primeiro ato efetivo para a abertura do mercado de resseguro no Brasil.

2. A Lei nº 9.932, de 20 de dezembro de 1999, complementou a referida abertura, ao transferir as funções regulatórias e de fiscalização atribuídas à IRB-Brasil Resseguros S.A. - IRB-BRASIL Re para a Superintendência de Seguros Privado - SUSEP e incumbir o Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP de estabelecer as diretrizes para as operações de resseguro.

3. De outra parte, aquele diploma legal dispõe que a aplicação dos recursos das provisões técnicas dos resseguradores locais - sociedades com sede no País - e dos recursos exigidos no País para garantia das obrigações dos resseguradores estrangeiros será efetuada de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN).

4. Além disso, a Lei nº 9.932, de 1999, dispõe que o seguro, o resseguro e a retrocessão poderão ser efetuados no País em moeda estrangeira, observadas as regras fixadas pelo CNSP, prevendo também que o CMN disciplinará a abertura e a manutenção de contas em moeda estrangeira, tituladas por sociedades seguradoras, resseguradores locais, resseguradores estrangeiros cadastrados na SUSEP e corretoras de resseguro.

5. Na qualidade de coordenadora dos estudos que culminaram no Projeto de Lei do referido diploma legal, a Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda (SPE/MF), contando com a participação de representantes da SUSEP, da IRB-BRASIL Re e desta Autarquia, promoveu diversas reuniões visando regulamentar as questões relativas ao setor de resseguro no âmbito administrativo, ocasiões em que foram discutidos os aspectos que deveriam ser encaminhados à apreciação do CSNP e do CMN.

6. O CNSP, com base na Lei nº 9.932, de 1999, expediu a Resolução nº 1, de 14 de janeiro de 2000, fixando regras de transição e de orientação a serem observadas pelos mercados segurador e ressegurador após a privatização da IRB-BRASIL Re, especificando seus agentes conforme abaixo:

I - ressegurador local: aquele com sede no País, constituído sob a forma de sociedade por ações, cujo objeto exclusivo e único é a realização de operações de resseguro;

II - ressegurador admitido: aquele com sede no exterior cadastrado na SUSEP para realizar operações de resseguro com sociedade seguradora e com ressegurador local, devendo possuir o saldo mínimo de US\$ 5 milhões em sua conta em moeda estrangeira;





BANCO CENTRAL DO BRASIL



III - ressegurador eventual: aquele não cadastrado na SUSEP, mas que atende parâmetros exigíveis para subscrever resseguros de sociedade seguradora e de ressegurador local;

IV - corretora de resseguro: pessoa jurídica legalmente constituída no País autorizada a intermediar operações de resseguro.

7. Cabe ao CMN, por seu turno, disciplinar as questões afetas àquele Colegiado, em consonância com a determinação contida nos arts. 4º e 5º da Lei nº 9.932, de 1999.

8. Nessa conformidade, apresentamos a seguir considerações sobre as três minutas de Resoluções do Conselho Monetário Nacional destinadas a disciplinar o assunto. A primeira dispõe sobre a aplicação dos recursos das provisões técnicas dos resseguradores locais em moeda nacional. A segunda regulamenta a Lei nº 9.932, de 1999, no tocante à abertura das contas em moeda estrangeira, bem como às hipóteses de operações de seguro, resseguro e retrocessão em moeda estrangeira. A terceira minuta versa sobre as aplicações dos recursos garantidores das provisões técnicas de sociedade seguradora e de ressegurador local em moeda estrangeira, bem como sobre as aplicações dos recursos exigidos no País para a garantia das obrigações de ressegurador admitido.

Da primeira minuta de Resolução

9. A SUSEP encaminhou a este Banco Central proposta de edição de Resolução com vistas a regulamentar a aplicação dos recursos garantidores das provisões técnicas dos resseguradores locais, sugerindo que tais recursos sejam aplicados em ativos de renda fixa e de renda variável previamente especificados e em imóveis urbanos, com ênfase para os títulos de emissão do Tesouro Nacional e/ou do Banco Central do Brasil, de modo a que sejam conferidas àquelas reservas segurança, rentabilidade e liquidez.

10. Adotar-se-ia, assim, a mesma filosofia de aplicação de recursos dispensada às sociedades seguradoras, sociedades de capitalização e entidades abertas de previdência privada, divulgada pela Resolução nº 2.286, de 5 de junho de 1996. A proposta poderia ser assim resumida:

I - aplicação das reservas técnicas de prêmios:

a) até 100% (cem por cento) em títulos do Tesouro Nacional e/ou do Banco Central do Brasil;

b) 80% (oitenta por cento), no máximo, em investimentos de renda fixa previamente definidos, tais como depósito a prazo, com ou sem emissão de certificado, debêntures de emissão pública e quotas de fundos de investimento voltados para inversões em ativos ou modalidades operacionais de renda fixa, observando-se, por oportuno, que foi excluída a possibilidade de investimentos em alguns títulos de baixa liquidez previstos na Resolução nº 2.286, de 1986;

c) 50% (cinquenta por cento), no máximo, em investimentos de renda variável previamente definidos, tais como ações de emissão de companhias abertas e quotas de fundos de investimento nas modalidades regulamentadas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM;

d) 10% (dez por cento), no máximo, em imóveis urbanos edificadas, percentual este conservador frente ao limite de 30% (trinta por cento) fixado na Resolução nº 2.286, de 1996, para esse segmento;

II - aplicação das reservas técnicas de sinistros:





BANCO CENTRAL DO BRASIL



a) até 100% (cem por cento) em títulos do Tesouro Nacional e/ou do Banco Central do Brasil;

b) 60% (sessenta por cento), no máximo, em investimentos de renda fixa previamente definidos;

c) 40% (quarenta por cento), no máximo, em investimentos de renda variável previamente definidos, representando uma redução de 10% (dez por cento) em relação ao limite estabelecido na Resolução nº 2.286, de 1996, para esse tipo de investimento;

III - manutenção das regras usuais relativas:

a) à custódia e ao registro dos títulos e valor mobiliários, conforme o caso, na SELIC ou em sistema administrado pela CETIP;

b) aos requisitos de diversificação das aplicações dos recursos;

c) à vedação à aplicação de recursos em empresas ligadas;

IV - estipulação de que a avaliação dos investimentos seja realizada em consonância com critérios a serem estabelecidos pela SUSEP.

Da segunda minuta de Resolução

11. Em cumprimento ao disposto no parágrafo único do art. 5º da Lei nº 9.932, de 1999, seria regulamentada a abertura de contas em moeda estrangeira para as sociedades seguradoras, resseguradores locais, resseguradores admitidos e corretoras de resseguro, estabelecendo-se que a titularidade das contas em moeda estrangeira seria condicionante para tais agentes celebrarem contratos de seguro ou resseguro em moeda estrangeira.

12. Relativamente às sociedades seguradoras, resseguradores locais e admitidos, referidas contas teriam movimentação restrita, podendo acolher depósitos ou ser objeto de saques apenas nas hipóteses de:

I - valores referentes a prêmios e indenizações, conforme o caso, relativos a contratos de seguro ou resseguro celebrados em moeda estrangeira, e a valores diretamente vinculados a tais contratos;

II - rendimentos da aplicação dos saldos existentes;

III - acolhimento em depósito de recursos destinados à manutenção do saldo mínimo de US\$ 5 milhões exigidos de ressegurador admitido.

13. No caso das corretoras de resseguro, a movimentação das contas em moeda estrangeira seria mais limitada. Permitir-se-ia apenas o trânsito dos valores referentes a prêmios e indenizações de resseguro relativos a contratos em moeda estrangeira e demais valores diretamente vinculados a tais contratos. Assim, seria exigido que a corretora de resseguro providenciasse a imediata conversão para reais dos valores em moeda estrangeira referentes à remuneração pela prestação de seus serviços.

14. No tocante ao pagamento dos prêmios e indenizações em moeda estrangeira, cabe registrar que o CNSP deverá editar Resolução especificando as hipóteses em que se permite a contratação de segu-

[Handwritten signature]





BANCO CENTRAL DO BRASIL

ro em moeda estrangeira sem a prévia anuência da SUSEP, bem como os casos de contratação de resseguro e retrocessão em moeda estrangeira.

15. Desse forma, a Resolução CMN definiria que o prêmio e a indenização relativos a contrato de seguro, resseguro ou retrocessão celebrado em moeda estrangeira seriam pagos por transferência bancária na moeda do contrato.

16. Quanto às operações de seguro, seria exigido do segurado que o pagamento dos prêmios ocorresse mediante contratação de câmbio, na forma da regulamentação em vigor. Tal exigência também valeria para o recebimento da indenização no caso de o credor ser residente ou domiciliado no País.

Da terceira minuta de Resolução

17. A terceira minuta de Resolução CMN dispõe, inicialmente, sobre as aplicações dos recursos garantidores das provisões técnicas de sociedade seguradora e de ressegurador local vinculadas a operações em moeda estrangeira. As modalidades e os parâmetros de classificação de risco propostos para tais aplicações são os mesmos constantes da Resolução nº 2.532, de 14 de agosto de 1998, que delimita as possibilidades de aplicação das reservas técnicas das empresas de seguro de crédito à exportação.

18. À IRB-Brasil Resseguros S.A. - IRB-BRASIL Re conceder-se-ia, de comum acordo com a SUSEP, prazo de um ano, contado da data de sua privatização, para adaptar os recursos garantidores de suas provisões às novas modalidades de aplicação exigidas.

19. Já as aplicações dos recursos exigidos no País para a garantia das obrigações de ressegurador admitido estariam limitadas à aquisição, mediante conversão para reais, de títulos públicos federais com correção pela variação da taxa de câmbio do dólar dos Estados Unidos. Seriam excepcionalizados os recursos garantidores das provisões técnicas que ultrapassassem o saldo mínimo de US\$ 5 milhões para a conta em moeda estrangeira titulada pelo ressegurador admitido. Nesse caso, as aplicações de tais recursos poderiam ser efetuadas nas mesmas modalidades permitidas aos recursos garantidores das provisões técnicas das sociedades seguradoras e resseguradores locais.

Das considerações adicionais

20. Em decorrência da edição da Lei nº 9.932, de 1999, das atuais normas do CNSP e das minutas de Resolução ora apresentadas, caberia divulgar Circular dispondo acerca de pagamento de prêmio de seguro contratado no exterior e sobre as hipóteses em que seria passível a remessa ao exterior do pagamento de indenização de seguro em moeda estrangeira contratado no País, revogando-se, em consequência, a Circular nº 2.217, de 24 de agosto de 1992.

É o que submetemos à consideração de V.Sas., nos termos das anexas minutas de Resolução e Circular, com a nossa manifestação favorável, esclarecido que o assunto deverá ser encaminhado à apreciação do Conselho Monetário Nacional.

Voto dos Diretores Sérgio Darcy da Silva Alves e
Daniel Luiz Gleizer
Em 17.02.2000



RESOLUÇÃO Nº 2.693

Dispõe sobre a aplicação dos recursos garantidores das provisões técnicas dos resseguradores locais.

O BANCO CENTRAL DO BRASIL, na forma do art. 9º da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, torna público que o CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL, em sessão realizada em 24 de fevereiro de 2000, tendo em vista o disposto no art. 4º da Lei nº 9.932, de 20 de dezembro de 1999,

RESOLVEU:

Art. 1º Estabelecer que os recursos garantidores das provisões técnicas dos resseguradores locais, observados os critérios fixados pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), devem ser aplicados conforme as diretrizes desta Resolução, de modo a que lhes sejam conferidas segurança, rentabilidade e liquidez.

Art. 2º Os recursos garantidores das provisões técnicas de prêmios dos resseguradores locais devem ser aplicados da seguinte forma:

I - até 100% (cem por cento) em títulos de emissão do Tesouro Nacional e/ou do Banco Central do Brasil;

II - 80% (oitenta por cento), no máximo, isolada ou cumulativamente, nos seguintes investimentos de renda fixa:

a) depósitos a prazo, com ou sem emissão de certificado, letras de câmbio de aceite de instituições financeiras, debêntures de emissão pública e quotas de fundos de investimento financeiro e de fundos de aplicação em quotas de fundos de investimento, desde que voltados preponderantemente para inversões em ativos financeiros e/ou modalidades operacionais de renda fixa;

b) cédulas de debêntures, cédulas hipotecárias, letras hipotecárias, Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI), de que trata o art. 6º da Lei nº 9.514, de 20 de novembro de 1997, notas promissórias emitidas por sociedades por ações, destinadas a oferta pública, e outras obrigações de companhias abertas de distribuição pública, quotas e obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND), títulos de emissão ou coobrigação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), depósitos em contas de poupança, quotas de fundos de investimento no exterior e ouro físico no padrão negociado em bolsas de mercadorias e de futuros, observado o máximo de 10% (dez por cento) do montante dos recursos a que se refere o *caput* por modalidade de investimento;

III - 50% (cinquenta por cento), no máximo, isolada ou cumulativamente, nos seguintes investimentos de renda variável:

a) ações de emissão de companhias abertas, bônus de subscrição de ações de emissão de companhias abertas, quotas de fundos de investimento nas modalidades regulamentadas pela Comissão de Valores Mobiliários e quotas de fundos de investimento financeiro e de fundos de aplicação em quotas de fundos de investimento, desde que voltados preponderantemente para inversões em ativos financeiros e/ou modalidades operacionais de renda variável;

b) ações de emissão de companhias fechadas adquiridas no âmbito do Programa Nacional de Desestatização (PND) e certificados de depósito de ações cuja distribuição tenha sido aprovada pela

Comissão de Valores Mobiliários, observado o máximo de 10% (dez por cento) do montante dos recursos a que se refere o *caput* por modalidade de investimento;

IV - 10% (dez por cento), no máximo, isolada ou cumulativamente, em imóveis urbanos edificados, direitos resultantes da venda desses imóveis e quotas de fundos de investimento imobiliário.

Art. 3º Os recursos garantidores das provisões técnicas de sinistros dos resseguradores locais devem ser aplicados da seguinte forma:

I - até 100% (cem por cento) em títulos de emissão do Tesouro Nacional e/ou do Banco Central do Brasil;

II - 60% (sessenta por cento), no máximo, isolada ou cumulativamente, nos seguintes investimentos de renda fixa:

a) depósitos a prazo, com ou sem emissão de certificado, e quotas de fundos de investimento financeiro e de fundos de aplicação em quotas de fundos de investimento, desde que voltados preponderantemente para inversões em ativos financeiros e/ou modalidades operacionais de renda fixa;

b) depósitos em contas de poupança, quotas de fundos de investimento no exterior e ouro físico no padrão negociado em bolsas de mercadorias e de futuros, observado o máximo de 10% (dez por cento) do montante dos recursos a que se refere o *caput* por modalidade de investimento;

III - 40% (quarenta por cento), no máximo, isolada ou cumulativamente, em investimentos de renda variável, representados por ações de emissão de companhias abertas, quotas de fundos de investimento em ações regulamentados pela Comissão de Valores Mobiliários e quotas de fundos de investimento financeiro e de fundos de aplicação em quotas de fundos de investimento, desde que voltados preponderantemente para inversões em ativos financeiros e/ou modalidades operacionais de renda variável, observado o máximo de 10% (dez por cento) do montante dos recursos a que se refere o *caput* por modalidade de investimento.

Art. 4º É facultado aos resseguradores locais realizar operações com derivativos em mercados organizados de liquidação futura administrados por bolsas de valores ou bolsas de mercadorias e de futuros, na forma a ser disciplinada pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), em conjunto com o Banco Central do Brasil ou com a Comissão de Valores Mobiliários, nas respectivas áreas de competência.

Parágrafo único. As operações com derivativos em mercados organizados de liquidação futura devem ser realizadas com observância das seguintes condições:

I - estejam referenciadas em ativos passíveis de integrar as respectivas carteiras;

II - tenham como objetivo exclusivo a proteção de posições detidas à vista, até o limite dessas;

III - sua contratação é permitida apenas em modalidades com garantia.

Art. 5º Os títulos e valores mobiliários integrantes das carteiras dos resseguradores locais:

I - devem estar devidamente registrados, conforme o caso, no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC) ou em sistema de registro e de liquidação financeira administrado pela Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos - CETIP;

II - devem ser custodiados, quando for o caso, em instituição ou entidade autorizada à prestação desse serviço pelo Banco Central do Brasil ou pela Comissão de Valores Mobiliários.

§ 1º Excetuam-se do disposto no inciso I as aplicações em quotas de fundos de investimento, em valores mobiliários de renda variável e em ouro.

§ 2º Os recursos, quando em espécie, devem ser mantidos sob a forma de depósitos à vista em instituições financeiras bancárias.

Art. 6º É vedada a aplicação de recursos garantidores das provisões técnicas de prêmios e de sinistros dos resseguradores locais em títulos, valores mobiliários e quotas de fundos de investimento de emissão, coobrigação ou administração de empresas ligadas, considerando-se ligadas as empresas:

I - em que o ressegurador participe com 10% (dez por cento) ou mais do capital, direta ou indiretamente;

II - em que administradores do ressegurador e respectivos parentes até o segundo grau participem, em conjunto ou isoladamente, com 10% (dez por cento) ou mais do capital, direta ou indiretamente;

III - em que acionistas com 10% (dez por cento) ou mais do capital do ressegurador participem com 10% (dez por cento) ou mais do capital, direta ou indiretamente;

IV - que participem com 10% (dez por cento) ou mais do capital do ressegurador, direta ou indiretamente;

V - cujos administradores e respectivos parentes até o segundo grau participem, em conjunto ou isoladamente, com 10% (dez por cento) ou mais do capital do ressegurador, direta ou indiretamente;

VI - cujos administradores, no todo ou em parte, sejam os mesmos do ressegurador, ressalvados os cargos exercidos em órgãos colegiados, previstos no estatuto ou regimento interno daquele, desde que seus titulares não exerçam funções executivas, ouvida previamente a SUSEP.

Parágrafo único. Excetuam-se do disposto no *caput* as aplicações em quotas de fundos de investimento voltados exclusivamente para resseguradores locais, administrados por empresa a esses ligada, desde que as carteiras dos referidos fundos não contenham títulos de emissão da própria instituição administradora, de seu controlador, de sociedades por ela direta ou indiretamente controladas e de suas coligadas sob controle comum.

Art. 7º A avaliação dos investimentos realizados pelos resseguradores locais deve observar os critérios estabelecidos pela SUSEP.

Art. 8º É vedado aos resseguradores locais:

I - atuar como instituição financeira, concedendo empréstimos ou adiantamentos a pessoas físicas ou jurídicas, ou abrindo crédito sob qualquer modalidade, ressalvadas as exceções expressamente previstas na regulamentação em vigor;

II - prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se sob qualquer outra forma;

III - negociar com duplicatas ou outros títulos de crédito que não os previstos nesta Resolução;

IV - aplicar diretamente no exterior recursos garantidores de provisões técnicas de prêmios e de sinistros dos contratos de resseguro ou de retrocessão de cedentes brasileiras;

V - locar, emprestar, penhorar ou caucionar títulos e valores mobiliários integrantes de suas carteiras, salvo nos casos expressamente autorizados pela SUSEP, em conjunto com o Banco Central do Brasil ou com a Comissão de Valores Mobiliários, nas respectivas áreas de competência.

Parágrafo único. A vedação à coobrigação referida no inciso II não se aplica aos resseguradores locais, quando no exercício do seu objeto social.

Art. 9º Os resseguradores locais só podem oferecer, como garantia das provisões técnicas de prêmios e de sinistros, ativos referidos nesta Resolução que estejam associados aos respectivos direitos e desde que estejam livres e desembaraçados de ônus ou gravames judiciais ou extrajudiciais de qualquer natureza.

Art. 10. A aplicação dos recursos garantidores das provisões técnicas de prêmios e de sinistros dos resseguradores locais deve subordinar-se aos seguintes requisitos de diversificação:

I - o total de emissão e/ou coobrigação de uma mesma pessoa jurídica, de seu controlador, de sociedades por ele(a) direta ou indiretamente controladas e de suas coligadas sob controle comum não pode exceder 10% (dez por cento) do somatório dos recursos a que se referem os arts. 2º e 3º;

II - o total de emissão e/ou coobrigação de uma mesma instituição financeira, de seu controlador, de sociedades por ele(a) direta ou indiretamente controladas e de suas coligadas sob controle comum pode exceder o percentual referido no inciso I, observado o máximo de 20% (vinte por cento) do somatório dos recursos a que se referem os arts. 2º e 3º;

III - as aplicações em ações e bônus de subscrição de uma única companhia não podem exceder 15% (quinze por cento) do capital votante dessa;

IV - as aplicações em debêntures de uma única companhia não podem exceder 10% (dez por cento) dos recursos a que se refere o art. 2º.

§ 1º Para efeito dos limites estabelecidos nos incisos I e II, devem ser computados, conforme o caso, os títulos que tenham sido objeto de operações compromissadas.

§ 2º Para efeito do limite estabelecido no inciso II, devem ser computados os valores dos depósitos em contas de poupança realizados em uma mesma instituição financeira e das aplicações em quotas de fundos de investimento sob sua administração e/ou administrados por instituições integrantes do mesmo conglomerado financeiro.

§ 3º Tratando-se de aplicações em quotas de fundos de investimento voltados preponderantemente para inversões em ativos financeiros e/ou modalidades operacionais de renda variável, deve ser também observado o limite de 10% (dez por cento) do somatório dos recursos a que se referem os arts. 2º e 3º para quotas de fundos administrados pela mesma instituição e/ou por instituição integrante do mesmo conglomerado financeiro, aplicando-se mencionado percentual a fundos administrados por pessoas físicas.

§ 4º Não serão consideradas na determinação dos limites de diversificação estabelecidos neste artigo as ações recebidas em bonificação ou resultantes da conversão de debêntures e as ações ou debêntures conversíveis provenientes do exercício do direito de preferência, desde que os excessos sejam eliminados no prazo de seis meses, prorrogável, por igual período, a critério da SUSEP.

Art. 11. A aplicação dos recursos garantidores das provisões técnicas de prêmios e de sinistros dos resseguradores locais em quotas de fundos de investimento financeiro especialmente constituídos para esse fim não está sujeita ao disposto no art. 10, § 2º.

Parágrafo único. Os fundos de investimento financeiro referidos no *caput* serão regidos, no que couber, pelas normas baixadas pelo Banco Central do Brasil, observado que suas aplicações devem estar representadas por títulos, valores mobiliários, ativos financeiros e/ou modalidades operacionais admitidos nos termos do art. 3º, respeitados os requisitos de diversificação previstos no art. 10.

Art. 12. As ações de emissão de companhias fechadas adquiridas pelos resseguradores locais no âmbito do PND, quando representativas de percentual igual ou superior a 0,5% (cinco décimos por cento) do capital social da companhia desestatizada, somente podem ser alienadas por meio de leilão especial em bolsa de valores, observadas as condições estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

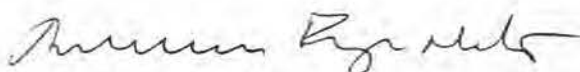
Art. 13. A adaptação das aplicações da IRB-Brasil Resseguros S.A. - IRB-Brasil Re às diretrizes estabelecidas nesta Resolução deve verificar-se no prazo de um ano, contado a partir da efetiva transferência de seu controle acionário no processo de privatização.

Art. 14. A não observância das disposições desta Resolução sujeitará os resseguradores locais e seus administradores às sanções previstas na legislação e regulamentação em vigor.

Art. 15. Ficam o Banco Central do Brasil, a Comissão de Valores Mobiliários e a SUSEP, nas respectivas áreas de competência, autorizados a adotar as medidas e a baixar as normas que se fizerem necessárias à execução do disposto nesta Resolução.

Art. 16. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 24 de fevereiro de 2000


Armínio Fraga Neto
Presidente

RESOLUÇÃO Nº 2.694

Dispõe sobre abertura e movimentação de contas em moeda estrangeira tituladas por sociedade seguradora, ressegurador local, ressegurador admitido ou corretora de resseguro, e dá outras providências.

O BANCO CENTRAL DO BRASIL, na forma do art. 9º da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, torna público que o CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL, em sessão realizada em 24 de fevereiro de 2000, com base no art. 4º, incisos V e XXXI, da referida Lei, e no art. 5º, parágrafo único, da Lei nº 9.932, de 20 de dezembro de 1999,

RESOLVEU:

Art. 1º É permitida a abertura e manutenção, em banco autorizado a operar em câmbio no País, de contas em moeda estrangeira tituladas por:

I - sociedade seguradora;

II - ressegurador local, ressegurador admitido ou corretora de resseguro, conforme definidos pela regulamentação do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP).

Parágrafo único. É vedada a manutenção ou financiamento de saldos devedores, ainda que eventuais, nas contas de que trata este artigo.

Art. 2º Para serem intervenientes em contrato de seguro ou resseguro em moeda estrangeira, as entidades referidas no artigo anterior devem ser titulares de contas em moeda estrangeira no País.

Art. 3º O prêmio e a indenização relativos a contrato de seguro ou resseguro celebrado em moeda estrangeira são pagos, observada a regulamentação do CNSP, por transferência bancária na moeda do contrato.

§ 1º O segurado residente ou domiciliado no País promove o pagamento do prêmio de que trata o *caput* deste artigo mediante contratação e liquidação de operação de câmbio, na forma da regulamentação em vigor.

§ 2º O credor dos direitos sobre o seguro que seja residente ou domiciliado no País recebe a indenização de que trata o *caput* deste artigo mediante contratação e liquidação de operação de câmbio, na forma da regulamentação em vigor.

Art. 4º A movimentação de conta em moeda estrangeira titulada por sociedade seguradora, ressegurador local ou ressegurador admitido é restrita aos:

I - recebimentos e pagamentos de prêmios e indenizações, conforme o caso, de contratos de seguro e resseguro celebrados em moeda estrangeira, e demais valores diretamente vinculados a tais contratos;

II - rendimentos da aplicação dos saldos existentes, observada a regulamentação relativa à aplicação de recursos garantidores;

III - acolhimentos em depósito de recursos para manutenção do saldo mínimo da conta, definido pelo CNSP, no caso de ressegurador admitido.

Parágrafo único. O saque dos recursos destinados à manutenção do saldo mínimo de que trata o inciso III deste artigo somente pode ser promovido após a liberação do vínculo por parte da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

Art. 5º A movimentação de conta em moeda estrangeira titulada por corretora de resseguros é restrita ao trânsito dos valores referentes a prêmios e indenizações de resseguro relativos a contratos em moeda estrangeira, e demais valores diretamente vinculados a tais contratos.

Parágrafo único. Os valores em moeda estrangeira referentes à remuneração da corretora de resseguros devem ser imediatamente convertidos para reais, mediante contratação e liquidação do câmbio.

Art. 6º As transferências financeiras do e para o exterior não enquadráveis nos incisos I e III do art. 4º e no art. 5º desta Resolução são realizadas mediante contratação e liquidação de operação de câmbio, na forma da regulamentação em vigor.

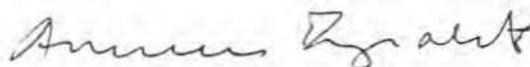
Art. 7º Os valores registrados nas contas em moeda estrangeira de que trata esta Resolução podem ser livremente convertidos para reais, mediante contratação e liquidação de operação de câmbio, na forma da regulamentação em vigor, com exceção dos valores relativos às aplicações dos recursos garantidores das provisões técnicas que tenham vedada a sua conversão para reais.

Art. 8º Para os efeitos desta Resolução, o co-seguro e a retrocessão equiparam-se ao seguro e resseguro, respectivamente.

Art. 9º Fica o Banco Central do Brasil autorizado a baixar as instruções e adotar as medidas necessárias à execução do disposto nesta Resolução.

Art. 10. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 24 de fevereiro de 2000



Arminio Fraga Neto
Presidente

RESOLUÇÃO Nº 2.695

Dispõe sobre as aplicações dos recursos garantidores das provisões técnicas de sociedade seguradora e de ressegurador local em moeda estrangeira e sobre as aplicações dos recursos exigidos no País para a garantia das obrigações de ressegurador admitido.

O BANCO CENTRAL DO BRASIL, na forma do art. 9º da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, torna público que o CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL, em sessão realizada em 24 de fevereiro de 2000, com base no art. 4º, incisos V e XXXI, da referida Lei, e no art. 4º da Lei nº 9.932, de 20 de dezembro de 1999,

RESOLVEU:

Art. 1º As aplicações dos recursos garantidores das provisões técnicas de sociedade seguradora e de ressegurador local vinculadas às operações em moeda estrangeira são, observadas as demais disposições vigentes, limitadas a:

I - depósitos a prazo fixo por até seis meses, renováveis, ou em certificados de depósitos, aceites bancários e outras obrigações negociáveis emitidas ou incondicionalmente garantidas por instituições financeiras com *rating* mínimo "A" (*single A*), ou equivalente, concedido por agência internacional de classificação de risco;

II - bônus e outras obrigações negociáveis emitidas ou incondicionalmente garantidas por governos de países, entidades governamentais ou organismos multilaterais, com *rating* mínimo, concedido por agência internacional de classificação de risco, "AA" (*double A*), ou equivalente, se na moeda do país emissor, ou "AAA" (*triple A*), ou equivalente, se em outra moeda;

III - aquisição, mediante conversão para reais, de títulos públicos federais cujo valor nominal seja corrigido pela variação da taxa de câmbio do dólar dos Estados Unidos.

Art. 2º A adaptação da aplicação dos recursos garantidores das provisões técnicas vinculadas às operações em moeda estrangeira da IRB-Brasil Resseguros S.A. - IRB-Brasil Re ao disposto no art. 1º desta Resolução deve verificar-se no prazo de um ano, contado a partir da efetiva transferência de seu controle acionário no processo de privatização.

Art. 3º As aplicações dos recursos exigidos no País para a garantia das obrigações de ressegurador admitido devem ser realizadas exclusivamente na aquisição, mediante conversão para reais, de títulos públicos federais, cujo valor nominal seja corrigido pela variação da taxa de câmbio do dólar dos Estados Unidos, observadas as demais disposições vigentes.

Art. 4º Excetuam-se do disposto no artigo anterior os recursos que ultrapassarem o valor correspondente ao saldo mínimo da conta em moeda estrangeira, definido pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP).

Parágrafo único. Os recursos de que trata o *caput* deste artigo somente podem ser aplicados nas modalidades referidas no art. 1º desta Resolução, observadas as demais disposições vigentes.

TÍTULO : DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS – 29

CAPÍTULO : Resoluções Não Codificadas – 1

SEÇÃO :



2

Art. 5º Fica o Banco Central do Brasil autorizado a baixar as instruções e adotar as medidas necessárias à execução do disposto nesta Resolução.

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 24 de fevereiro de 2000

Arminio Fraga Neto
Presidente



CIRCULAR Nº 2.968

Dispõe sobre a realização de operações de câmbio relativas a pagamento de prêmios e indenizações referentes a seguros em moeda estrangeira.

A Diretoria Colegiada do Banco Central do Brasil, com base no disposto na Resolução nº 2.694, de 24 de fevereiro de 2000,

DE C I D I U:

Art. 1º Condicionar o pagamento de prêmio relativo a contrato de seguro celebrado no exterior à apresentação ao banco vendedor da moeda estrangeira, pelo segurado, de documento da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP autorizando o referido contrato de seguro.

Art. 2º Determinar que o valor referente à indenização de seguro em moeda estrangeira contratado no País seja transferido para o exterior apenas caso:

I - o beneficiário seja residente ou domiciliado no exterior; ou

II - seja utilizado, pelo segurado, residente ou domiciliado no País, para pagamento a interveniente do exterior na recomposição de importação objeto do seguro; ou

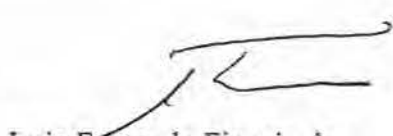
III - destine-se à liquidação de contratos de câmbio referentes a operação de exportação que tenha sido objeto de seguro, para crédito em conta no exterior de bancos autorizados a operar em câmbio no País que figurem em tais contratos de câmbio de exportação como compradores da moeda estrangeira.

Art. 3º Permitir que o Departamento de Câmbio (DECAM) possa promover ajustes operacionais em relação ao disposto nesta Circular.

Art. 4º Esta Circular entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Fica revogada a Circular nº 2.217, de 24 de agosto de 1992.

Brasília, 24 de fevereiro de 2000


Luiz Fernando Figueiredo
Diretor



BANCO CENTRAL DO BRASIL

CMN Nº 024/2000

**BANCO CENTRAL DO BRASIL –
Assuntos de Normas e Organização do
Sistema Financeiro – Bancos múltiplos
com carteira comercial e bancos comerciais
- Postos Bancários de Arrecadação e
Pagamentos (PAP) - Mudança de endereço
- Minuta de resolução.**

Senhores Conselheiros,

A Diretoria Colegiada do Banco Central do Brasil, em sessão realizada em 22.02.2000, aprovou o incluso Voto BCB nº 061/2000, em que se propõe seja baixada resolução dispondo sobre a possibilidade de mudança de endereço de Postos Bancários de Arrecadação e Pagamentos (PAP).

2. Na oportunidade, decidiu-se pelo encaminhamento do assunto a este Conselho.
3. É o que trago à consideração de V.Exas., com meu voto favorável.

Anexo.

VOTO DO CONSELHEIRO
ARMINIO FRAGA NETO

Em 23.02.2000





BANCO CENTRAL DO BRASIL

BCB N.º 061/2000

Voto

Assunto de Normas e Organização do Sistema Financeiro - Bancos múltiplos com carteira comercial e bancos comerciais - Postos Bancários de Arrecadação e Pagamentos (PAP) - Mudança de endereço.

Senhores Diretores,

A Resolução nº 2.099, de 17 de agosto de 1994, por meio do art. 18 de seu Regulamento Anexo III, ao modificar a estrutura de dependências de instituições financeiras até então em vigor, vedou, entre outras, a instalação de novos Postos Bancários de Arrecadação e Pagamentos (PAP). Como medida complementar, determinou que tais dependências em funcionamento naquela época não mais poderiam mudar de endereço.

2. Recentemente, no entanto, algumas instituições financeiras apresentaram pleitos ao Conselho Monetário Nacional no sentido da obtenção de autorização para a mudança de endereço de alguns PAP, por motivos incontornáveis, tendo-se em conta a necessidade da continuação dos serviços prestados por essas dependências.

3. Após análise da matéria, o Conselho Monetário Nacional julgou procedentes as razões invocadas, acolhendo, por meio dos Votos CMN-1999/055 e 056, ambos de 30 de junho de 1999, e CMN-2000/010, de 26 de janeiro de 2000, as reivindicações apresentadas, respectivamente, por BankBoston Banco Múltiplo S.A., Banco Real S.A. e Banco Bandeirantes S.A.

4. Registre-se, ainda, que também os Postos de Atendimento Bancário (PAB) foram objeto de medida semelhante por parte do referido Colegiado, nos termos do art. 3º da Resolução nº 2.607, de 27 de maio de 1999, que excluiu tais dependências das disposições do art. 18 do Regulamento Anexo III da Resolução nº 2.099, de 1994.

5. Dessa forma, considerando-se que os serviços realizados pelos PAP representam parcela importante do atendimento prestado à população, bem como o fato de que os objetivos da Resolução nº 2.099, de 1994, continuarão preservados, julgo conveniente seja estendida a possibilidade de mudança de endereço a todas as dependências da espécie hoje em funcionamento, devendo os novos endereços ser informados a esta Autarquia na forma regulamentar.

É o que submeto à consideração de V.Sas., nos termos da anexa minuta de Resolução, com a minha manifestação favorável, esclarecido que o assunto deverá ser encaminhado à apreciação do Conselho Monetário Nacional.

Voto do Diretor Sérgio Darcy da Silva Alves
Em 22.02.2000



RESOLUÇÃO Nº 2.696

Dispõe sobre a possibilidade de mudança de endereço de Postos Bancários de Arrecadação e Pagamentos (PAP).

O BANCO CENTRAL DO BRASIL, na forma do art. 9º da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, torna público que o CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL, em sessão realizada em 24 de fevereiro de 2000, com base no art. 4º, inciso VIII, da referida Lei,

RESOLVEU:

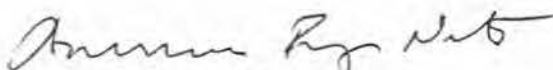
Art. 1º Excluir os Postos Bancários de Arrecadação e Pagamentos (PAP) da restrição contida no art. 18, inciso III, do Regulamento Anexo III à Resolução nº 2.099, de 17 de agosto de 1994.

Parágrafo único. A mudança de endereço de PAP deve ser objeto de comunicação ao Banco Central do Brasil, nos termos da regulamentação em vigor.

Art. 2º Fica o Banco Central do Brasil autorizado a baixar as normas e a adotar as medidas julgadas necessárias à execução do disposto nesta Resolução.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 24 de fevereiro de 2000


Arminio Fraga Neto
Presidente



BANCO CENTRAL DO BRASIL

CMN Nº 025/2000

BANCO CENTRAL DO BRASIL - Assuntos de Normas e Organização do Sistema Financeiro - Critérios de classificação das operações de crédito e divulgação de informações em nota explicativa às demonstrações financeiras - Minuta de resolução.

Senhores Conselheiros,

A Diretoria Colegiada do Banco Central do Brasil, em sessão realizada em 22.02.2000, aprovou o incluso Voto BCB nº 073/2000, em que se propõe seja baixada resolução dispondo sobre critérios de classificação das operações de crédito e divulgação de informações em nota explicativa às demonstrações financeiras.

2. Na oportunidade, decidiu-se pelo encaminhamento do assunto a este Conselho.
3. É o que submeto à consideração de V.Exas., com meu voto favorável.

Anexo.

VOTO DO CONSELHEIRO
ARMINIO FRAGA NETO
Em 23.02.2000





BANCO CENTRAL DO BRASIL



BCB N.º 073/2000

Voto

Assunto de Normas e Organização do Sistema Financeiro - Critérios de classificação das operações de crédito e divulgação de informações em nota explicativa às demonstrações financeiras.

Senhores Diretores,

A Resolução nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999, estabeleceu novos critérios de classificação das operações de crédito e constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa, promovendo alterações na sistemática prevista na Resolução nº 1.748, de 30 de agosto de 1990.

2. A revisão completa dos critérios constantes da Resolução nº 1.748, de 1990, foi priorizada por esta Diretoria, com o propósito de estabelecer diretrizes mais apropriadas para a classificação da carteira de créditos e constituição de provisão, bem como propiciar uma maior harmonização entre os procedimentos nacionais e internacionais.

3. Importante consignar que critérios análogos aos estabelecidos pela Resolução nº 2.682, de 1999, já vêm sendo adotados por vários países, dentre os quais a Argentina no âmbito do MERCOSUL, o Chile e o México, tendo sido inclusive objeto de recomendação por parte da Junta Diretiva da Comissão de Organismos de Supervisão e Fiscalização Bancária da América Latina e Caribe.

4. Conforme estabelecido naquela Resolução, referidos critérios devem ser observados a partir de 1º de março de 2000, o que têm gerado um grande número de solicitações de entidades de classe e de instituições financeiras para dilação do prazo ou adoção de medida alternativa que permita uma implementação gradual das exigências ali previstas. Estas solicitações estão fundamentadas em dificuldades operacionais, em particular, no que se refere aos ajustes dos sistemas informatizados, que não foram tempestivamente processados em virtude de problemas potenciais relativos ao *bug* do milênio.

5. De acordo com o art. 5º da Resolução nº 2.682, as operações contratadas até 29 de fevereiro de 2000 com clientes cuja responsabilidade total seja de valor inferior a R\$50.000,00 (cinquenta mil reais) podem ser classificadas em função do atraso. Para a avaliação das demais operações devem ser observados os critérios estabelecidos no art. 2º daquela Resolução, que prevê uma classificação pautada em análise das características do devedor, dos garantidores e da operação.

6. Segundo levantamento realizado pelo DEFIS para a data-base de 31 de dezembro de 1999, a partir de dados consolidados do sistema Central de Risco, as operações que devem ser classificadas com base nos critérios estabelecidos no art. 2º da Resolução nº 2.682 correspondem a 428.854 devedores, representativos de 78% do saldo de operações de créditos do sistema financeiro. Embora esse número corresponda apenas a 1.28% do número de operações contratadas, é bastante significativo em relação ao total da carteira das instituições.

7. Assim, entendo que medida alternativa poderia ser adotada no sentido de conferir tratamento específico para a classificação dessas operações, de sorte a reduzir o volume de contratos a serem avaliados num primeiro momento. Tal medida permitiria que a análise dessas operações fosse realizada de forma consistente e confiável, mediante avaliação da situação do devedor e das características da operação.





BANCO CENTRAL DO BRASIL



8. Um outro ponto que merece ajuste, refere-se ao tratamento genérico que foi conferido às operações de adiantamentos sobre contratos de câmbio, financiamento à importação, adiantamentos a depositantes e operações de curto prazo. A exigência de classificação, no mínimo, como risco nível G, na hipótese de atraso igual ou superior a 30 dias, pode representar penalidade excessiva para as operações que possuam características específicas e que não estão sendo consideradas na análise. Dessa forma, essas operações poderiam ser avaliadas segundo os critérios estabelecidos na Resolução nº 2.682, considerando as peculiaridades de cada situação, sem prejuízo da responsabilidade dos administradores em constituir provisão em montantes suficientes para fazer face a perdas prováveis na realização dos créditos.

9. Quanto à divulgação de informações em nota explicativa às demonstrações financeiras, é desejável que seja evidenciada a classificação das operações de crédito por nível de risco. Nesse sentido, ressaltamos que as recomendações emanadas do *Basel Committee on Banking Supervision*, apontam para a necessidade de maior transparência nas informações divulgadas e para a importância do *disclosure* como instrumento para o desenvolvimento de uma disciplina de mercado.

10. A propósito, o Comitê de Basileia recomenda que os bancos apresentem informações tempestivas que permitam aos participantes do mercado o conhecimento do perfil de risco de crédito das instituições financeiras. O Comitê destaca, ainda, que efetivo *public disclosure* aumenta a disciplina de mercado, acarretando fortes incentivos para que as instituições conduzam seus negócios de forma saudável e eficiente.

11. Por oportuno, cabe registrar que informações sobre a classificação de risco das operações de crédito contratadas por instituições financeiras são normalmente divulgadas na Argentina, Chile e México, em dados consolidados e individuais. As informações divulgadas referem-se aos percentuais e montantes da carteira de crédito segregadas por categorias de risco.

12. Além disso, no atual contexto do crescimento da procura de informações por parte do público externo, a exemplo do crescente acesso ao *site* deste Banco Central na Internet, inclusive com destaque para usuários de outros países, o *public disclosure* deve ser considerado um importante instrumento de fortalecimento da disciplina de mercado e da confiança no sistema financeiro nacional e um estímulo para que as instituições financeiras brasileiras mantenham práticas efetivas de administração de riscos e de controles internos.

13. Assim, objetivando possibilitar a implementação dos critérios de classificação das operações de crédito estabelecidos na Resolução nº 2.682, proponho as seguintes alterações na norma vigente:

I - admitir que as operações de crédito sejam classificadas nos níveis de risco estabelecidos no art. 1º da Resolução nº 2.682, de 1999, com base nos critérios previstos no art. 2º daquela Resolução, observado o seguinte cronograma:

a) até 31 de março de 2000, operações com clientes cuja responsabilidade total seja de valor igual ou superior a R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais);

b) até 31 de julho de 2000, operações com clientes cuja responsabilidade total seja de valor igual ou superior a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) e inferior a R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais);

II - admitir que as operações de crédito contratadas com clientes cuja responsabilidade total seja de valor inferior a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) sejam classificadas mediante adoção de modelo interno de avaliação ou em função dos atrasos consignados no art. 4º, inciso I, daquela Resolução, observado que a classificação deve corresponder, no mínimo, ao risco nível A;





BANCO CENTRAL DO BRASIL



III - sejam divulgadas, em nota explicativa às demonstrações financeiras, informações sobre a composição da carteira de operações de crédito, distribuída nos correspondentes níveis de risco previstos naquele normativo, segregando-se as operações, pelo menos, em créditos de curso normal e vencidos;


IV - revogar o § 1º do art. 4º da Resolução nº 2.682, de 1999, que confere tratamento específico para a classificação das operações de adiantamentos sobre contratos de câmbio, financiamento à importação, adiantamentos a depositantes e operações de curto prazo.

14. Para melhor visualização dos reflexos decorrentes da adoção da medida proposta no inciso I do item precedente, apresento, em anexo, quadro consolidado das operações de crédito do sistema financeiro, elaborado a partir de dados fornecidos pelo DECAD e DEFIS. A adoção de cronograma teria os seguintes efeitos:

I - na fase 1, as instituições teriam obrigatoriedade de classificar aproximadamente 17.000 devedores, segundo os critérios estabelecidos no art. 2º da Resolução nº 2.682, de 1999, representativos de 64% do montante de créditos do sistema financeiro, uma redução de 411.000 do nº de devedores a serem classificados;

II - na fase 2, as instituições teriam obrigatoriedade de classificar aproximadamente 138.000 operações, segundo os critérios estabelecidos no art. 2º da Resolução nº 2.682, de 1999, representativas de 9% do montante de créditos do sistema financeiro, atingindo com isso 73% deste total.

É o que submeto à consideração de V.Sas., nos termos da anexa minuta de Resolução, com minha manifestação favorável, esclarecido que o assunto deverá ser encaminhado à apreciação do Conselho Monetário Nacional.


Voto do Diretor Sérgio Darcy da Silva Alves
Em 22.02.2000



TÍTULO : DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS – 29

CAPÍTULO : Resoluções Não Codificadas – 1

SEÇÃO :

x



RESOLUÇÃO Nº 2.697

Dispõe sobre critérios de classificação das operações de crédito e divulgação de informações em nota explicativa às demonstrações financeiras.

O BANCO CENTRAL DO BRASIL, na forma do art. 9º da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, torna público que o CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL, em sessão realizada em 24 de fevereiro de 2000, com base no art. 4º, incisos XI e XII, da citada Lei,

RESOLVEU:

Art. 1º Admitir que as operações de crédito sejam classificadas nos níveis de risco estabelecidos no art. 1º da Resolução nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999, com base nos critérios previstos no art. 2º daquela Resolução, observado o seguinte cronograma:

I - até 31 de março de 2000, operações com clientes cuja responsabilidade total seja de valor igual ou superior a R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais);

II - até 31 de julho de 2000, operações com clientes cuja responsabilidade total seja de valor igual ou superior a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) e inferior a R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais).

Art. 2º Alterar o art. 5º da Resolução nº 2.682, de 1999, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 5º As operações de crédito contratadas com cliente cuja responsabilidade total seja de valor inferior a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) podem ser classificadas mediante adoção de modelo interno de avaliação ou em função dos atrasos consignados no art. 4º, inciso I, desta Resolução, observado que a classificação deve corresponder, no mínimo, ao risco nível A.

Parágrafo único. O Banco Central do Brasil poderá alterar o valor de que trata este artigo.”

Art. 3º Devem ser divulgadas, em nota explicativa às demonstrações financeiras, informações sobre a composição da carteira de operações de crédito, distribuída nos correspondentes níveis de risco previstos no art. 1º da Resolução nº 2.682, de 1999, segregando-se as operações, pelo menos, em créditos de curso normal com atraso inferior a 15 dias, e vencidos com atraso igual ou superior a 15 dias.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Fica revogado o § 1º do art. 4º da Resolução nº 2.682, de 1999, bem como reenumerados os §§ 2º e 3º do mesmo artigo.

Brasília, 24 de fevereiro de 2000

Armínio Fraga Neto
Presidente





BANCO CENTRAL DO BRASIL



DEVEDORES - SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL

ANEXO I

CONCEITOS UTILIZADOS NO ESTUDO:

- a) **Operações em Estoque** - referem-se àquelas contratadas até 29 de fevereiro de 1999;
- b) **Análise Obrigatória** - diz respeito às operações que deverão ser analisadas de acordo com os critérios definidos no art. 2º da Resolução nº 2.682, de 1999;
- c) **Classificação Pelos Atrasos** - refere-se às operações que poderão ser classificadas somente em função dos atrasos, consoante o art. 5º da Resolução nº 2.682, de 1999;
- d) **Nº Total de Operações** - estimado utilizando-se os valores informados pelo DEFIS referentes ao nº de devedores em operações acima de R\$ 20.000 (dados mais recentes) mais o número de operações abaixo de R\$ 20.000 informado pelo DECAD (Vide Anexo II);
- e) **% Operações** - refere-se à parcela do número total de operações sujeitas ao respectivo tratamento (Análise Obrigatória ou Classificação pelos Atrasos);
- f) **% Valor** - refere-se à parcela do montante total da carteira de operações de crédito sujeita ao respectivo tratamento. Os valores foram obtidos dos dados fornecidos pelo DEFIS (Vide Anexo II).

1) Situação atual da Resolução nº 2.682

	Nº de Operações	% Operações	% Valor
Análise Obrigatória (a)	428.854	1,28	78,16
Class. Pelos Atrasos (b)	33.006.183	98,72	21,84
TOTAL	33.435.037	100,00	100,00

(a) Operações acima de R\$ 50.000.

(b) Operações abaixo de R\$ 50.000, conforme art. 5º.

2) Adoção de Cronograma (2 fases)

Fase 1 (31.03.2000) - Operações acima de R\$ 500.000

	Nº de Operações	% Operações	% Valor
Análise Obrigatória (q)	29.170	0,09	66,26
Class. Pelos Atrasos (r)	33.405.867	99,91	33,74
TOTAL	33.435.037	100,00	100,00

(q) Operações acima de R\$ 500.000. Na fase 1 do cronograma, seria obrigatória a classificação dessas operações

(r) Operações abaixo de R\$ 500.000.





BANCO CENTRAL DO BRASIL**Fase 2 (31.07.2000) - Operações entre R\$ 50.000 e R\$ 500.000**

	Nº de Operações	% Operações	% Valor
Já analisadas na fase 1	29.170	0,09	66,26
Análise Obrigatória (s)	399.684	1,20	11,90
Class. Pelos Atrasos (t)	33.006.183	98,72	21,84
TOTAL	33.435.037	100,00	100,00

(s) Operações entre R\$ 50.000 e R\$ 500.000. Na fase 2 do cronograma, e com as operações acima de R\$ 500.000 já classificadas, restaria a análise dessas operações

(t) Operações abaixo de R\$ 50.000.





BANCO CENTRAL DO BRASIL

ANEXO II



6

Valor das Operações	Nº de Devedores	% Devedores	% Valor
< 20.000	?	?	14,37
20.000 a 49.999,99	1.124.968	72,40	7,47
50.000 a 99.999,99	274.003	17,63	5,46
100.000 a 199.999,99	92.566	5,96	3,54
200.000 a 499.999,99	33.115	2,13	2,90
500.000 a 999.999,99	11.905	0,77	2,40
1.000.000 a 9.999.999,99	14.915	0,96	12,53
10.000.000 a 50.000.000	1.924	0,12	11,36
> 50.000.000	426	0,03	39,97
TOTAL	1.553.822	100,00	100,00

Fonte: DEFIS/Sistema Central de Risco

Data Base: Dezembro/99

OBS.: Não ficou estabelecido o número de devedores em operações até R\$ 20.000, uma vez que para esses valores os dados são informados à Central de Risco de forma Consolidada, sem que haja a identificação individual do devedor.

Valor das Operações	Nº de Operações	% Operações	% Valor
< 20.000	31.881.215	94,89	6,97
20.000 a 50.000	1.142.367	3,40	7,38
> 50.000	575.784	1,71	85,65
TOTAL	33.599.366	100,00	100,00

Fonte: DECAD/DINFO

Data Base: Maio/98





BANCO CENTRAL DO BRASIL



CMN Nº. 020/2000

BANCO CENTRAL DO BRASIL - Assuntos de Normas e Organização do Sistema Financeiro - Hewlett Packard Corporation - Participação estrangeira no capital de instituição financeira nacional - Constituição de banco de investimento - Artigo 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Senhores Conselheiros,

A Diretoria Colegiada do Banco Central do Brasil, em sessão realizada em 17.02.2000, aprovou o incluso Voto BCB nº 051/2000, referente ao interesse da "Hewlett Packard Corporation", em constituir um banco de investimento no Brasil.

2. Se de acordo V.Exas., o assunto seria submetido à decisão do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, nos termos das anexas minutas de exposição de motivos e decreto.

3. É o que submeto à consideração de V.Exas., com meu voto favorável.

Anexo.

VOTO DO CONSELHEIRO
ARMINIO FRAGA NETO
Em 23.02.2000





BANCO CENTRAL DO BRASIL

BCB N.º 051/2000

Voto
Pt.0001002047

ASSUNTO DE NORMAS E ORGANIZAÇÃO DO
SISTEMA FINANCEIRO – HEWLETT
PACKARD CORPORATION – Participação
estrangeira no capital de instituição financeira
nacional – Constituição de banco de investimentos –
Interesse do Governo brasileiro – Artigo 52 do Ato
das Disposições Constitucionais Transitórias.

Senhores Diretores,

O Conselho Monetário Nacional, em sessão de 28.08.97, manifestou-se favoravelmente ao acolhimento de proposta de constituição de sociedade de arrendamento mercantil, com até 100% de capital estrangeiro, pela Hewlett Packard Company, sediada nos Estados Unidos da América. Em decorrência, foi editado Decreto em 17.09.97, no qual o Excelentíssimo Sr. Presidente da República reconheceu a operação como de interesse do Governo brasileiro, tendo os interessados adquirido créditos do Banco Central, correspondentes a passivos de responsabilidade de instituições submetidas aos regimes de que trata a Lei nº 6.024/74, no montante de R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais), consoante contrato firmado em 15.10.97.

2. Retorna o Grupo solicitando, com vistas a expandir sua atividade financeira, autorização para constituir um banco de investimento, com até 100% (cem por cento) de capital estrangeiro, alegando que a medida possibilitará a extensão direta de linhas de financiamento de longo prazo aos seus clientes, permitindo a estes a compra financiada de seus serviços e software, atividade esta atualmente restrita pela própria natureza das operações de arrendamento mercantil.

3. Esclarece ainda que, como o mercado de informática tem passado por sucessivas evoluções associadas à redução frequente no preço dos equipamentos e à inclusão de serviços e software em valores crescentes como parte da solução total, a expectativa de seus clientes não é bem endereçada a operações de leasing, devido ao requisito de que se tenha um lastro de pelo menos 70% do valor total das operações em equipamentos. O banco de investimentos a ser constituído irá proporcionar melhores e mais competitivas condições de financiamento para aquisição de máquinas, equipamentos periféricos no mercado nacional; aquisição e desenvolvimento de sistemas de informatização, abrangendo a modernização da infra-estrutura de informática tanto do setor público como do setor privado; aquisição de intangíveis, notadamente serviços e





BANCO CENTRAL DO BRASIL



software, permitindo assim o melhor endereçamento das atuais necessidades de mercado e a maior abrangência das suas atividades de financiamento.

4. Segundo informações do interessado, a Hewlett Packard Corporation possui faturamento anual da ordem de US\$ 42,37 bilhões, sendo uma empresa com elevado grau de capitalização no mercado norte-americano, sujeitando-se à revisão e auditoria da "Security Exchange Commission". Tem como política a adequada sustentação financeira de suas subsidiárias, com grau de capitalização própria, atendendo sempre ao disposto na legislação vigente nos respectivos países onde se encontra estabelecida.

5. Dessa forma, de acordo com o requerente, a Hewlett Packard Corporation pretende assegurar, como já vem fazendo com a Hewlett Packard Arrendamento Mercantil, os recursos financeiros necessários ao desenvolvimento das atividades da nova instituição financeira que vier a operar no Brasil, através de recursos próprios externos, sem objetivar o uso do mercado nacional de capitais como fonte estrutural de financiamento da empresa no País.

6. Em relação às suas atividades no Brasil, destaca o postulante que:

- a) o grupo atua no País há 33 anos, por meio de sua subsidiária, Hewlett Packard do Brasil S.A., na qual a Hewlett Packard Corporation (HP Co.) detém uma participação de 98,55% do capital desde que o grupo Iochpe, com o qual mantinha uma "joint-venture" por ocasião da reserva de mercado de informática, decidiu vender sua participação na empresa;
- b) de 1995 a 1999 a HP Co. investiu no País um total de US\$ 99,5 milhões, incluindo a fabricação de PCs e impressoras e a recém criada Hewlett Packard Arrendamento Mercantil S.A.;
- c) a HP Co., além dos investimentos para aumentar sua participação no capital da HP do Brasil, tem feito os necessários aportes para financiar seu crescimento local, sendo que o faturamento anual é hoje de cerca de US\$ 750 milhões;
- d) emprega mais de 869 funcionários diretos, compreendendo mais de 60% com curso superior, vários mestrados e alguns doutorados. Adota política de pessoal extremamente diferenciada, sem discriminação e com outros conceitos de caráter social;
- e) opera em vários segmentos de negócios, todos da maior relevância para a economia nacional, do que são exemplos:
 - Área de PC's e Periféricos – computadores pessoais, impressoras a laser, impressoras a jato de tinta, scanners, etc.
 - Área de Sistemas de Computação – servidores RISC, seus periféricos, softwares





BANCO CENTRAL DO BRASIL



- Consultoria – serviços de consultoria em informática para as áreas de manufatura, telecomunicações, bancária, etc.
 - Servidores de Suporte – além dos tradicionais serviços de assistência técnica, oferece serviços de outsourcing, helpdesk, instalação de redes, monitoramento de redes, etc.
- f) seus serviços e produtos assumem importância crescente com a abertura da economia, uma vez que têm relação direta com a competitividade de seus clientes, os quais, em número crescente, estão renovando seus parques computacionais, adotando novos e modernos sistemas, procurando ser competitivos no mercado interno e externo;
- g) nesse sentido, a HP tem desempenhado participação especial na renovação da infraestrutura tecnológica que se seguiu à privatização do setor de telecomunicações, em que a existência de condições de financiamento competitivas foi o fator decisivo na efetivação do investimento;
- h) com o objetivo de poder oferecer melhores condições de financiamento a seus clientes empresariais, em dezembro de 1998 iniciou as atividades da empresa de leasing, através de capitalização inicial de US\$ 4 milhões;
- i) em março de 1999, novo aporte de capital no valor de US\$ 40 milhões foi feito com o objetivo de possibilitar o enquadramento aos índices de alavancagem e concentração de risco;
- j) a HP Leasing encerrou seu primeiro ano de atividades com US\$ 46 milhões em ativos, o que a coloca em 28º lugar entre as 52 instituições do mercado;
- k) a base patrimonial da sociedade de arrendamento mercantil está altamente capitalizada, comportando um crescimento de sua carteira de ativos para aproximadamente US\$ 400 milhões.

7. De acordo com os demonstrativos financeiros, data-base 31.12.1999, a Hewlett Packard Corporation e Hewlett Packard Brasil S.A. apresentam patrimônio líquido da ordem de R\$ 22.113 milhões e R\$ 556.445 mil, respectivamente.

8. A Hewlett-Packard Arrendamento Mercantil S.A., com sede em Barueri (SP), foi autorizada a funcionar em 21.07.98, tendo iniciado suas atividades em 06.08.98. De acordo com o balancete referente a janeiro/2000, a instituição apresenta patrimônio líquido ajustado da ordem de R\$ 94 milhões e capital realizado de R\$ 96,5 milhões, encontrando-se enquadrada nos limites operacionais estabelecidos pela regulamentação vigente.

9. No que concerne ao embasamento legal e regulamentar do pedido, cabe registrar que, pelo Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (artigo 552, incisos I e II), são vedados “a instalação, no País, de novas agências de instituições financeiras domiciliadas no exterior” e “o aumento do percentual de participação, no





BANCO CENTRAL DO BRASIL




capital de instituições financeiras com sede no País, de pessoas físicas ou jurídicas residente e domiciliadas no exterior", até que sejam fixadas, por lei complementar, as condições para a participação de capital estrangeiro nessas instituições. O parágrafo único do mesmo artigo, porém, estabelece que referida vedação "não se aplica às autorizações resultantes de acordos internacionais, de reciprocidade, ou de interesse do Governo brasileiro".

10. A Exposição de Motivos nº 311/MF, de 23.08.95, aprovada pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República, estabeleceu as diretrizes básicas para a utilização da prerrogativa conferida pelo parágrafo único do art. 52, do ADCT, no que se refere ao reconhecimento como de interesse do Governo brasileiro, da participação de pessoas físicas ou jurídicas residentes ou domiciliadas no exterior, no capital de instituições financeiras nacionais.

11. Entendo, portanto, que o pleito sob análise se reveste dos requisitos necessários para o seu enquadramento como de interesse do Governo brasileiro, em consonância com os princípios que norteiam a ação da autoridade reguladora e de acordo com as diretrizes da citada exposição de motivos, podendo ser submetido à decisão do Exmo. Senhor Presidente da República, uma vez que a instituição pleiteada proporcionará condições mais competitivas de financiamento para a colocação, no mercado interno, de produtos manufaturados por subsidiárias da Hewlett Packard Corporation em operação no País, com consequente redução de importações, trazendo benefícios para a balança comercial.

12. Publicado o decreto presidencial considerando a participação estrangeira como de interesse do Governo brasileiro, deverá o interessado encaminhar aos setores competentes deste Órgão a documentação exigida para constituição de banco de investimento, observada a regulamentação vigente, cabendo ao Diretor da Área de Normas e Organização do Sistema Financeiro a decisão final sobre a matéria.

13. É o que trago à deliberação de V.Sas., com meu voto favorável à aprovação e encaminhamento do assunto ao Conselho Monetário Nacional, após o que deverá ser submetido ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, na forma das anexas minutas de exposição de motivos e decreto presidencial.


Voto do Diretor Sérgio Darcy da Silva Alves
Em 10.02.2000





BANCO CENTRAL DO BRASIL



PRESI-2000/

Brasília (DF),

Do: Presidente do Banco Central do Brasil

Ao: Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Fazenda

A Hewlett Packard Corporation, sediada nos Estados Unidos da América, tem interesse em constituir banco de investimento no Brasil.

2. A propósito, o Conselho Monetário Nacional, em sessão de (Voto CMN nº), examinando o assunto à luz do que estabelece o artigo 52 das Disposições Constitucionais Transitórias, entendeu ser viável a concessão da autorização pleiteada, razão por que elevo à consideração de V.Exa. minutas de exposição de motivos e decreto presidencial a serem submetidas ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República.

Respeitosamente,

Armínio Fraga Neto



E.M. nº /MF

Brasília, de de 2000

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

O Conselho Monetário Nacional, em sessão de 28.08.97, manifestou-se favoravelmente ao acolhimento de proposta de constituição de sociedade de arrendamento mercantil, com até 100% (cem por cento) de capital estrangeiro, pela Hewlett Packard Company, sediada nos Estados Unidos da América. Em decorrência, foi editado Decreto em 17.09.97, no qual Vossa Excelência reconheceu a operação como de interesse do Governo brasileiro, tendo os interessados adquirido créditos do Banco Central, correspondentes a passivos de responsabilidade de instituições submetidas aos regimes de que trata a Lei nº 6.024/74, no montante de R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais), consoante contrato firmado em 15.10.97.

2. Retorna o Grupo solicitando, com vistas a expandir sua atividade financeira, autorização para constituir um banco de investimento, com até 100% (cem por cento) de capital estrangeiro, alegando que a medida possibilitará a extensão direta de linhas de financiamento de longo prazo aos seus clientes, permitindo a estes a compra financiada de seus serviços e software, atividade esta atualmente restrita pela própria natureza das operações de arrendamento mercantil.

3. Esclarece ainda que, como o mercado de informática tem passado por sucessivas evoluções associadas à redução frequente no preço dos equipamentos e à inclusão de serviços e software em valores crescentes como parte da solução total, a expectativa de seus clientes não é bem endereçada a operações de leasing, devido ao requisito de que se tenha um lastro de pelo menos 70% do valor total das operações em equipamentos. O banco de investimentos a ser constituído irá proporcionar melhores e mais competitivas condições de financiamento para aquisição de máquinas, equipamentos periféricos no mercado nacional; aquisição e desenvolvimento de sistemas de informatização, abrangendo a modernização da infra-estrutura de informática tanto do setor público como do setor privado; aquisição de intangíveis, notadamente serviços e software, permitindo assim o melhor endereçamento das atuais necessidades de mercado e a maior abrangência das suas atividades de financiamento.

4. Segundo informações do interessado, a Hewlett Packard Corporation possui faturamento anual da ordem de US\$ 42,37 bilhões, sendo uma empresa com elevado grau de capitalização no mercado norte-americano, sujeitando-se à revisão e auditoria da "Security Exchange Commission". Tem como política a adequada

sustentação financeira de suas subsidiárias, com grau de capitalização própria, atendendo sempre ao disposto na legislação vigente nos respectivos países onde se encontra estabelecida.

5. Dessa forma, de acordo com o requerente, a Hewlett Packard Corporation pretende assegurar, como já vem fazendo com a Hewlett Packard Arrendamento Mercantil, os recursos financeiros necessários ao desenvolvimento das atividades da nova instituição financeira que vier a operar no Brasil, através de recursos próprios externos, sem objetivar o uso do mercado nacional de capitais como fonte estrutural de financiamento da empresa no País.

6. Em relação às suas atividades no Brasil, destaca o postulante que:

- a) o grupo atua no País há 33 anos, por meio de sua subsidiária, Hewlett Packard do Brasil S.A., na qual a Hewlett Packard Corporation (HP Co.) detém uma participação de 98,55% do capital desde que o grupo Iochpe, com o qual mantinha uma "joint-venture" por ocasião da reserva de mercado de informática, decidiu vender sua participação na empresa;
- b) de 1995 a 1999 a HP Co. investiu no País um total de US\$ 99,5 milhões, incluindo a fabricação de PCs e impressoras e a recém criada Hewlett Packard Arrendamento Mercantil S.A.;
- c) a HP Co., além dos investimentos para aumentar sua participação no capital da HP do Brasil, tem feito os necessários aportes para financiar seu crescimento local, sendo que o faturamento anual é hoje de cerca de US\$ 750 milhões;
- d) emprega mais de 869 funcionários diretos, compreendendo mais de 60% com curso superior, vários mestrados e alguns doutorados. Adota política de pessoal extremamente diferenciada, sem discriminação e com outros conceitos de caráter social;
- e) opera em vários segmentos de negócios, todos da maior relevância para a economia nacional, do que são exemplos:
 - Área de PC's e Periféricos – computadores pessoais, impressoras a laser, impressoras a jato de tinta, scanners, etc.
 - Área de Sistemas de Computação – servidores RISC, seus periféricos, softwares
 - Consultoria – serviços de consultoria em informática para as áreas de manufatura, telecomunicações, bancária, etc.
 - Servidores de Suporte – além dos tradicionais serviços de assistência técnica, oferece serviços de outsourcing, helpdesk, instalação de redes, monitoramento de redes, etc.
- f) seus serviços e produtos assumem importância crescente com a abertura da economia, uma vez que têm relação direta com a competitividade de seus clientes, os quais, em

número crescente, estão renovando seus parques computacionais, adotando novos e modernos sistemas, procurando ser competitivos no mercado interno e externo;

- g) nesse sentido, a HP tem desempenhado participação especial na renovação da infraestrutura tecnológica que se seguiu à privatização do setor de telecomunicações, em que a existência de condições de financiamento competitivas foi o fator decisivo na efetivação do investimento;
- h) com o objetivo de poder oferecer melhores condições de financiamento a seus clientes empresariais, em dezembro de 1998 iniciou as atividades da empresa de leasing, através de capitalização inicial de US\$ 4 milhões;
- i) em março de 1999, novo aporte de capital no valor de US\$ 40 milhões foi feito com o objetivo de possibilitar o enquadramento aos índices de alavancagem e concentração de risco;
- j) a HP Leasing encerrou seu primeiro ano de atividades com US\$ 46 milhões em ativos, o que a coloca em 28º lugar entre as 52 instituições do mercado;
- k) a base patrimonial da sociedade de arrendamento mercantil está altamente capitalizada, comportando um crescimento de sua carteira de ativos para aproximadamente US\$ 400 milhões.

7. De acordo com os demonstrativos financeiros, data-base 31.12.1999, a Hewlett Packard Corporation e Hewlett Packard Brasil S.A. apresentam patrimônio líquido da ordem de R\$ 22.113 milhões e R\$ 556.445 mil, respectivamente.

8. A Hewlett-Packard Arrendamento Mercantil S.A., com sede em Barueri (SP), foi autorizada a funcionar em 21.07.98, tendo iniciado suas atividades em 06.08.98. De acordo com o balancete referente a janeiro/2000, a instituição apresenta patrimônio líquido ajustado da ordem de R\$ 94 milhões e capital realizado de R\$ 96,5 milhões, encontrando-se enquadrada nos limites operacionais estabelecidos pela regulamentação vigente.

9. No que concerne ao embasamento legal e regulamentar do pedido, cabe registrar que, pelo Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (artigo 552, incisos I e II), são vedados "a instalação, no País, de novas agências de instituições financeiras domiciliadas no exterior" e "o aumento do percentual de participação, no capital de instituições financeiras com sede no País, de pessoas físicas ou jurídicas residente e domiciliadas no exterior", até que sejam fixadas, por lei complementar, as condições para a participação de capital estrangeiro nessas instituições. O parágrafo único do mesmo artigo, porém, estabelece que referida vedação "não se aplica às autorizações resultantes de acordos internacionais, de reciprocidade, ou de interesse do Governo brasileiro".

10. A Exposição de Motivos nº 311/MF, de 23.08.95, aprovada por Vossa Excelência, estabeleceu as diretrizes básicas para a utilização da prerrogativa conferida pelo parágrafo único do art. 52, do ADCT, no que se refere ao reconhecimento como de interesse do Governo brasileiro, da participação de pessoas físicas ou jurídicas residentes ou domiciliadas no exterior, no capital de instituições financeiras nacionais.

11. Nesse contexto e considerando que o Conselho Monetário Nacional, em sessão de _____, entendeu que a operação em causa se reveste das condições necessárias para o seu enquadramento como de interesse do Governo brasileiro, para efeito de autorização da participação estrangeira no capital social de instituição financeira nacional, elevo o assunto à decisão de Vossa Excelência nos termos da anexa minuta de decreto.

Respeitosamente,

PEDRO SAMPAIO MALAN
Ministro de Estado da Fazenda



DECRETO DE DE DE 2000

Reconhece como de interesse do Governo brasileiro a participação societária estrangeira no capital de banco de investimento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição e tendo em vista o disposto no art. 52, parágrafo único, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias,

DECRETA:

Art. 1º É do interesse do Governo brasileiro a constituição de um banco de investimento pela Hewlett Packard Corporation.

Art. 2º O Banco Central do Brasil adotará as providências necessárias à execução do disposto neste Decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, de de 2000: 179º ano da Independência e 112º da República.





BANCO CENTRAL DO BRASIL

CMN Nº. 021/2000

BANCO CENTRAL DO BRASIL - Assuntos de Normas e Organização do Sistema Financeiro – The Goldman Sachs Group, Inc. - Participação estrangeira no capital de instituição financeira nacional - Constituição de banco múltiplo - Artigo 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Senhores Conselheiros,

A Diretoria Colegiada do Banco Central do Brasil, em sessão realizada em 17.02.2000, aprovou o incluso Voto BCB nº 056/2000, referente ao interesse do "The Goldman Sachs Group, Inc.", em constituir no Brasil um banco múltiplo com carteiras comercial e de investimento.

2. Se de acordo V.Exas., o assunto seria submetido à decisão do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, nos termos das anexas minutas de exposição de motivos e decreto.

3. É o que submeto à consideração de V.Exas., com meu voto favorável.

Anexo.

VOTO DO CONSELHEIRO
ARMINIO FRAGA NETO
Em 23.02.2000





BANCO CENTRAL DO BRASIL



BCB N.º 056/2000

Voto
Pt.0001003311

ASSUNTO DE NORMAS E ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO – THE GOLDMAN SACHS GROUP, INC. – Participação estrangeira no capital de instituição financeira nacional – Constituição de banco múltiplo – Interesse do Governo brasileiro – Artigo 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Senhores Diretores,

The Goldman Sachs Group, Inc., sediado em Nova Iorque/Estados Unidos da América, manifesta interesse em constituir banco múltiplo com as carteiras comercial e de investimento, solicitando, em decorrência, a competente autorização para a participação estrangeira no capital de instituição integrante do Sistema Financeiro Nacional.

2. Esclarece o interessado que, por meio da constituição de uma instituição financeira no Brasil, o Goldman Sachs procura desenvolver ainda mais suas atividades no País, oferecendo produtos e serviços aos seus clientes brasileiros e estrangeiros, a partir do Brasil, incluindo:

- melhor cobertura de clientes no Brasil e melhores serviços para os clientes sediados no País e exterior;
- melhor liquidez para as Bolsas de Valores brasileiras;
- maiores investimentos em derivativos de ações;
- participação direta em “block trades” e transações do BNDES;
- subscrição de títulos da dívida, ações e derivativos de ações;
- negociações com reais no mercado de câmbio a vista;
- negociações com derivativos e opções; e
- negociações com instrumentos da dívida pública.





BANCO CENTRAL DO BRASIL



3. Objetivando consubstanciar o pleito, apresenta o postulante as seguintes informações a respeito do Goldman Sachs:

- a) atua como banco de investimento e no mercado de valores mobiliários, oferecendo no mundo inteiro completa linha de serviços de financiamento, consultoria e investimentos a uma substancial e diversificada base de clientes composta por empresas, instituições financeiras, governos e pessoas físicas detentoras de sólida situação patrimonial;
- b) fundado em 1869, é um dos maiores e mais antigos bancos de investimento, possuindo escritórios em Londres, Frankfurt, Tóquio, Hong Kong e outros importantes centros financeiros mundiais;
- c) no final do mês de novembro de 1999, operava em mais de 20 países e 37% de seus 15.361 funcionários trabalham fora dos Estados Unidos;
- d) registrou, no exercício fiscal encerrado em novembro de 1999, ganhos líquidos de US\$ 2,71 bilhões, receita líquida de US\$ 13,35 bilhões, ativos totais de US\$ 250,5 bilhões, patrimônio líquido de US\$ 10,1 bilhões e dívidas de longo prazo de US\$ 20,95 bilhões;
- e) sua dívida a curto prazo recebeu as classificações de "A-1+" e "P-1", e a dívida a longo prazo "A+" e "A1", respectivamente, por Standard & Poor's Ratings Services Inc. e Moody's Investors Services, Inc.;
- f) após mais de um século de atuação como sociedade de capital fechado ("private partnership"), abriu seu capital em maio de 1999, sendo que suas ações são negociadas na Bolsa de Valores de Nova Iorque;
- g) em 1999, foi o primeiro classificado em fusões e aquisições mundiais, tendo assessorado transações anunciadas com valor superior a US\$ 1 trilhão, atingindo também resultados recordes na subscrição de ações, classificando-se em primeiro lugar com relação a ofertas públicas de ações e demais instrumentos de renda variável nos Estados Unidos da América e no mercado mundial; e
- h) os ativos sob sua supervisão, ao término do exercício fiscal de 1999, atingiram US\$ 485 bilhões, e os ativos sob sua gestão somaram US\$ 258 bilhões.

4. Em relação a sua atuação no Brasil, informa o Goldman Sachs que conduz seus negócios dentro dos limites da legislação brasileira, oferecendo serviços e produtos para clientes brasileiros e respectivas partes relacionadas ("counterparts"), efetuando transações com valores mobiliários brasileiros e outros instrumentos financeiros, sendo que as mais importantes operações envolvidas nessas atividades são as de serviços de consultoria e de banco de investimento, de mercado de capitais de longo prazo e de dívida, investimentos e pesquisas técnicas. Destaca, ainda, que:





BANCO CENTRAL DO BRASIL



- a) em *Investment Banking* oferece produtos e serviços nas áreas de banco de investimento, consultoria financeira e mercados de capitais internacionais para órgãos governamentais brasileiros e não brasileiros, sociedades brasileiras e multinacionais e outros clientes;
- b) conta com 20 profissionais que se dedicam integral ou parcialmente ao mercado brasileiro, sendo que nove desses profissionais estão no escritório de representação da empresa no Brasil, denominado Goldman Sachs & Cia., localizado em São Paulo;
- c) investiu mais de US\$ 100 milhões em empresas brasileiras, estando analisando outras oportunidades com forte ênfase em tecnologia. Os investimentos diretos efetuados desde 1995 incluem investimentos na Arisco Produtos Alimentícios S.A., Multishopping Empreendimentos Imobiliários e DigiNet America, Inc.;
- d) atuou como líder de transações como a recém encerrada emissão de *Global Bonds* do Brasil com prazo de resgate de 20 anos, no valor de US\$ 1,0 bilhão, além da troca de bônus nos termos do *Brazil Bond Exchange* no valor de US\$ 2,5 bilhões e do *Bond Reopening 2027*;
- e) participou em financiamentos de securitização em mais de US\$ 600 milhões para emissores brasileiros, atuando também como líder da emissão de mais de US\$ 900 milhões da dívida privada brasileira e como co-líder em ofertas globais de ações realizadas por emissores brasileiros;
- f) apesar das limitações inerentes ao seu status de instituição financeira estrangeira, é amplamente reconhecido como líder de mercado na venda e negociação de ações brasileiras e instrumentos da dívida externa do País;
- g) coloca-se entre os líderes de mercado na negociação de ADRs brasileiros para contas internacionais (com uma parcela de mercado de 11% em dezembro de 1999), registrando participação ativa no mercado acionário local por conta própria e por conta de clientes institucionais;
- h) destaca-se, no mercado brasileiro de obrigações de renda fixa, como participante de grande atuação no mercado secundário de *Brady Bonds* e outros títulos de emissão por Estados estrangeiros, além de títulos privados, e igualmente como investidor em vários instrumentos locais;
- i) tem ativa participação no mercado de derivativos para clientes institucionais e no mercado *offshore* de derivativos US\$/R\$, dedicando-se às atividades de "hedge" com sociedades brasileiras conforme as disposições da Resolução 2.012/93.

5. Cabe registrar que, em sessão de 10.09.97 (Voto BCB 342/97), a Diretoria deste Banco Central manifestou-se favorável à solicitação do grupo Goldman





BANCO CENTRAL DO BRASIL



Sachs no sentido de constituir uma distribuidora de títulos e valores mobiliários. Contudo, o interessado não deu prosseguimento ao processo, alegando que, à época, estava examinando outras alternativas para o seu estabelecimento no País, inclusive a possível aquisição de instituições financeiras brasileiras, não tendo, entretanto, obtido sucesso em seus esforços.

6. No que concerne ao embasamento legal e regulamentar do pedido, cabe mencionar que, pelo Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (artigo 52, incisos I e II), são vedados "a instalação, no País, de novas agências de instituições financeiras domiciliadas no exterior" e "o aumento do percentual de participação, no capital de instituições financeiras com sede no País, de pessoas físicas ou jurídicas residentes ou domiciliadas no exterior", até que sejam fixadas, por lei complementar, as condições para a participação de capital estrangeiro nessas instituições. O parágrafo único do mesmo artigo, porém, estabelece que referida vedação "não se aplica às autorizações resultantes de acordos internacionais, de reciprocidade, ou de interesse do Governo brasileiro".

7. A Exposição de Motivos nº 311/MF, de 23.08.95, aprovada pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República, estabeleceu as diretrizes básicas para a utilização da prerrogativa conferida pelo parágrafo único do art. 52, do ADCT, no que se refere ao reconhecimento como de interesse do Governo brasileiro, da participação de pessoas físicas ou jurídicas residentes ou domiciliadas no exterior, no capital de instituições financeiras nacionais.

8. Entendo, portanto, que o pleito sob análise se reveste dos requisitos necessários para o seu enquadramento como de interesse do Governo brasileiro, em consonância com os princípios que norteiam a ação da autoridade reguladora e de acordo com as diretrizes da citada exposição de motivos, podendo ser submetido à decisão do Exmo. Senhor Presidente da República, uma vez que a instituição pleiteada proporcionará melhores condições ao Goldman Sachs para continuar a desenvolver e expandir suas atividades no País, trazendo vantagens para a economia nacional e desenvolvimento do sistema financeiro nacional, colaborando em seu fortalecimento.

9. Publicado o decreto presidencial considerando a participação estrangeira como de interesse do Governo brasileiro, deverá o requerente encaminhar aos setores competentes deste Órgão a documentação exigida para constituição de banco múltiplo, observada a regulamentação vigente, cabendo ao Diretor da Área de Normas e Organização do Sistema Financeiro a decisão final sobre a matéria, dispensando-se a publicação da Declaração de Propósito.

10. Considerando a potencialidade das operação do Grupo Goldman Sachs no País, poder-se-ia dispensar a nova instituição dos parâmetros diferenciados de que trata o art. 1º da Resolução nº 2.212, de 16.11.95, e suas modificações posteriores, que implicariam menor margem operacional nos 6 (seis) primeiros anos.






BANCO CENTRAL DO BRASIL



11. É o que trago à deliberação de V.Sas., com meu voto favorável à aprovação e encaminhamento do assunto ao Conselho Monetário Nacional, após o que deverá ser submetido ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, na forma das anexas minutas de exposição de motivos e decreto presidencial, propondo, ainda, o cancelamento do Voto BCB 342/97, citado no item 5 precedente.


Voto do Diretor Sérgio Darcy da Silva Alves

Em 16.02.2000





BANCO CENTRAL DO BRASIL

PRESI-2000/

Brasília (DF).

Do: Presidente do Banco Central do Brasil

Ao: Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Fazenda

The Goldman Sachs Group, Inc., sediado nos Estados Unidos da América, tem interesse em constituir banco múltiplo no Brasil.

2. A propósito, o Conselho Monetário Nacional, em sessão de (Voto CMN nº), examinando o assunto à luz do que estabelece o artigo 52 das Disposições Constitucionais Transitórias, entendeu ser viável a concessão da autorização pleiteada, razão por que elevo à consideração de V.Exa. minutas de exposição de motivos e decreto presidencial a serem submetidas ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República.

Respeitosamente,

Armínio Fraga Neto



E.M. nº /MF

Brasília, de de 2000

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

The Goldman Sachs Group, Inc., sediado em Nova Iorque/Estados Unidos da América, manifesta interesse em constituir banco múltiplo com as carteiras comercial e de investimento, solicitando, em decorrência, a competente autorização para a participação estrangeira no capital de instituição integrante do Sistema Financeiro Nacional.

2. Esclarece o interessado que, por meio da constituição de uma instituição financeira no Brasil, o Goldman Sachs procura desenvolver ainda mais suas atividades no País, oferecendo produtos e serviços aos seus clientes brasileiros e estrangeiros, a partir do Brasil, incluindo:

- melhor cobertura de clientes no Brasil e melhores serviços para os clientes sediados no País e exterior;
- melhor liquidez para as Bolsas de Valores brasileiras;
- maiores investimentos em derivativos de ações;
- participação direta em "block trades" e transações do BNDES;
- subscrição de títulos da dívida, ações e derivativos de ações;
- negociações com reais no mercado de câmbio a vista;
- negociações com derivativos e opções; e
- negociações com instrumentos da dívida pública.

3. Objetivando consubstanciar o pleito, apresenta o postulante as seguintes informações a respeito do Goldman Sachs:

- a) atua como banco de investimento e no mercado de valores mobiliários, oferecendo no mundo inteiro completa linha de serviços de financiamento, consultoria e investimentos a uma substancial e diversificada base de clientes composta por empresas, instituições financeiras, governos e pessoas físicas detentoras de sólida situação patrimonial;

- b) fundado em 1869, é um dos maiores e mais antigos bancos de investimento, possuindo escritórios em Londres, Frankfurt, Tóquio, Hong Kong e outros importantes centros financeiros mundiais;
- c) no final do mês de novembro de 1999, operava em mais de 20 (vinte) países e 37% (trinta e sete por cento) de seus 15.361 funcionários trabalham fora dos Estados Unidos;
- d) registrou, no exercício fiscal encerrado em novembro de 1999, ganhos líquidos de US\$ 2,71 bilhões, receita líquida de US\$ 13,35 bilhões, ativos totais de US\$ 250,5 bilhões, patrimônio líquido de US\$ 10,1 bilhões e dívidas de longo prazo de US\$ 20,95 bilhões;
- e) sua dívida a curto prazo recebeu as classificações de "A-1+" e "P-1", e a dívida a longo prazo "A+" e "A1", respectivamente, por Standard & Poor's Ratings Services Inc. e Moody's Investors Services, Inc.;
- f) após mais de um século de atuação como sociedade de capital fechado ("private partnership"), abriu seu capital em maio de 1999, sendo que suas ações são negociadas na Bolsa de Valores de Nova Iorque;
- g) em 1999, foi o primeiro classificado em fusões e aquisições mundiais, tendo assessorado transações anunciadas com valor superior a US\$ 1 trilhão, atingindo também resultados recordes na subscrição de ações, classificando-se em primeiro lugar com relação a ofertas públicas de ações e demais instrumentos de renda variável nos Estados Unidos da América e no mercado mundial; e
- h) os ativos sob sua supervisão, ao término do exercício fiscal de 1999, atingiram US\$ 485 bilhões, e os ativos sob sua gestão somaram US\$ 258 bilhões.

4. Em relação a sua atuação no Brasil, informa o Goldman Sachs que conduz seus negócios dentro dos limites da legislação brasileira, oferecendo serviços e produtos para clientes brasileiros e respectivas partes relacionadas ("counterparts"), efetuando transações com valores mobiliários brasileiros e outros instrumentos financeiros, sendo que as mais importantes operações envolvidas nessas atividades são as de serviços de consultoria e de banco de investimento, de mercado de capitais de longo prazo e de dívida, investimentos e pesquisas técnicas. Destaca, ainda, que:

- a) em *Investment Banking* oferece produtos e serviços nas áreas de banco de investimento, consultoria financeira e mercados de capitais internacionais para órgãos governamentais brasileiros e não brasileiros, sociedades brasileiras e multinacionais e outros clientes;
- b) conta com 20 (vinte) profissionais que se dedicam integral ou parcialmente ao mercado brasileiro, sendo que nove desses profissionais estão no escritório de

4

representação da empresa no Brasil, denominado Goldman Sachs & Cia., localizado em São Paulo;

- c) investiu mais de US\$ 100 milhões em empresas brasileiras, estando analisando outras oportunidades com forte ênfase em tecnologia. Os investimentos diretos efetuados desde 1995 incluem investimentos na Arisco Produtos Alimentícios S.A., Multishopping Empreendimentos Imobiliários e DigiNet America, Inc.;
- d) atuou como líder de transações como a recém encerrada emissão de *Global Bonds* do Brasil com prazo de resgate de 20 anos, no valor de US\$ 1.0 bilhão, além da troca de bônus nos termos do *Brazil Bond Exchange* no valor de US\$ 2,5 bilhões e do *Bond Reopening 2027*;
- e) participou em financiamentos de securitização em mais de US\$ 600 milhões para emissores brasileiros, atuando também como líder da emissão de mais de US\$ 900 milhões da dívida privada brasileira e como co-líder em ofertas globais de ações realizadas por emissores brasileiros;
- f) apesar das limitações inerentes ao seu status de instituição financeira estrangeira, é amplamente reconhecido como líder de mercado na venda e negociação de ações brasileiras e instrumentos da dívida externa do País;
- g) coloca-se entre os líderes de mercado na negociação de ADRs brasileiros para contas internacionais (com uma parcela de mercado de 11% em dezembro de 1999), registrando participação ativa no mercado acionário local por conta própria e por conta de clientes institucionais;
- h) destaca-se, no mercado brasileiro de obrigações de renda fixa, como participante de grande atuação no mercado secundário de *Brady Bonds* e outros títulos de emissão por Estados estrangeiros, além de títulos privados, e igualmente como investidor em vários instrumentos locais; e
- i) tem ativa participação no mercado de derivativos para clientes institucionais e no mercado *offshore* de derivativos US\$/R\$, dedicando-se às atividades de "hedge" com sociedades brasileiras conforme as disposições da Resolução 2.012/93.

5. Cabe registrar que, em sessão de 10.09.97 (Voto BCB 342/97), a Diretoria do Banco Central do Brasil manifestou-se favorável à solicitação do grupo Goldman Sachs no sentido de constituir uma distribuidora de títulos e valores mobiliários. Contudo, o interessado não deu prosseguimento ao processo, alegando que, à época, estava examinando outras alternativas para o seu estabelecimento no País, inclusive a possível aquisição de instituições financeiras brasileiras, não tendo, entretanto, obtido sucesso em seus esforços.



6. No que concerne ao embasamento legal e regulamentar do pedido, cabe mencionar que, pelo Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (artigo 52, incisos I e II), são vedados “a instalação, no País, de novas agências de instituições financeiras domiciliadas no exterior” e “o aumento do percentual de participação, no capital de instituições financeiras com sede no País, de pessoas físicas ou jurídicas residentes ou domiciliadas no exterior”, até que sejam fixadas, por lei complementar, as condições para a participação de capital estrangeiro nessas instituições. O parágrafo único do mesmo artigo, porém, estabelece que referida vedação “não se aplica às autorizações resultantes de acordos internacionais, de reciprocidade, ou de interesse do Governo brasileiro”.

7. A Exposição de Motivos nº 311/MF, de 23.08.95, aprovada por Vossa Excelência, estabeleceu as diretrizes básicas para a utilização da prerrogativa conferida pelo parágrafo único do art. 52, do ADCT, no que se refere ao reconhecimento como de interesse do Governo brasileiro, da participação de pessoas físicas ou jurídicas residentes ou domiciliadas no exterior, no capital de instituições financeiras nacionais.

8. Nesse contexto e considerando que o Conselho Monetário Nacional, em sessão de, entendeu que o pleito sob análise se reveste dos requisitos necessários para o seu enquadramento como de interesse do Governo brasileiro, em consonância com os princípios que norteiam a ação da autoridade reguladora e de acordo com as diretrizes da citada exposição de motivos, elevo o assunto à decisão de Vossa Excelência nos termos do anexo projeto de decreto.

Respeitosamente,

PEDRO SAMPAIO MALAN
Ministro de Estado da Fazenda



DECRETO DE DE DE 2000

Reconhece como de interesse do Governo brasileiro a participação societária estrangeira no capital de banco múltiplo.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição e tendo em vista o disposto no art. 52, parágrafo único, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias,

DECRETA:

Art. 1º É do interesse do Governo brasileiro a constituição de um banco múltiplo pelo The Goldman Sachs Group, Inc.

Art. 2º O Banco Central do Brasil adotará as providências necessárias à execução do disposto neste Decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, de de 2000: 179º ano da Independência e 112º da República.

D





CONFIDENCIAL



BANCO CENTRAL DO BRASIL

CMN Nº. 022/2000

DESCCLASSIFICADO

Em 17/5/2011, por decurso de prazo
conf. nº 022/2000 e nº 13-9-2-14

P.

**BANCO CENTRAL DO BRASIL -
Assuntos de Política Monetária - Banco
Meridional do Brasil S.A. -
Direcionamento dos recursos captados em
depósitos de poupança - Cronograma de
enquadramento.**

Senhores Conselheiros,

A Diretoria Colegiada do Banco Central do Brasil, em sessão realizada em 17.02.2000, aprovou o incluso Voto BCB nº 449/99, em que se propõe a fixação de critérios e cronograma de enquadramento do Banco Meridional do Brasil S.A. no direcionamento dos recursos captados em depósitos de poupança estabelecido pela Resolução nº 2.519, de 29 de junho de 1998, com a nova redação dada pela Resolução nº 2.623, de 29 de julho de 1999.

2. Na oportunidade, decidiu-se pelo encaminhamento do assunto a este Conselho.
3. É o que submeto à consideração de V.Exas., com meu voto favorável.

Anexo.

Arminio Fraga Neto

VOTO DO CONSELHEIRO
ARMINIO FRAGA NETO
Em 23.02.2000





CONFIDENCIAL

xx



1

BANCO CENTRAL DO BRASIL

BCB N.º 449/99

Voto

DESCLASSIFICADO

Em 12/5/2011, por decurso de prazo
conforme Decreto 4.553/2002 e MPA 13-9-2-14

ASSUNTOS DE POLÍTICA MONETÁRIA –
Banco Meridional do Brasil S.A. – Direciona-
mento dos recursos captados em depósitos de
poupança – Cronograma de enquadramento.

Senhores Diretores,

Como é do conhecimento de V.S^{as}., dentre as condições aprovadas pelo Conselho Monetário Nacional (Voto CMN nº 175/97) para a privatização do Banco Meridional do Brasil S.A. (MERIDIONAL), foi permitido o enquadramento gradual do banco ao direcionamento obrigatório de recursos de depósitos de poupança, em função de ter sido vendida a carteira de crédito imobiliário para a Caixa Econômica Federal.

2. A prerrogativa então admitida, item 20-IX do Voto BCB nº 383/97, foi assim redigida:

"IX - permitir enquadramento do Meridional no direcionamento de recursos de poupança de forma gradual, conforme cronograma e respectivos percentuais de exigibilidade relacionados abaixo, observado como limite o saldo de depósitos de poupança relativo à posição de balancete do mês anterior à privatização, corrigido mensalmente pelo mesmo índice de atualização dos depósitos em causa, acrescido de juros equivalentes a 6,17% (seis inteiros e dezessete centésimos por cento) ao ano:

- posição em 31.12.1998: 10% (dez por cento);
- posição em 31.12.1999: 25% (vinte e cinco por cento);
- posição em 31.12.2000: 45% (quarenta e cinco por cento);
- posição em 31.12.2001: 70% (setenta por cento) e
- posição em 31.12.2002: 100% (cem por cento)."

VMERIPOUPT2.DOC





BANCO CENTRAL DO BRASIL

3. O pressuposto básico da regra estabelecida era de dar tempo ao Meridional para recompor a sua carteira de crédito imobiliário, considerando que, com a venda para a Caixa Econômica Federal, o banco havia ficado desenquadrado, no que se refere aos depósitos de poupança que detinha à época (saldo de 31.12.97). Supondo-se inalterado esse montante, exceto pelo seu crescimento vegetativo, no primeiro ano o banco não estaria obrigado a aplicar a alíquota de 60% de direcionamento obrigatório. No segundo ano, teria de aplicar 10% dessa alíquota, ou seja, 6% do montante de depósitos e, assim sucessivamente, 15%, 27%, 42% e 60% nos anos subseqüentes.
4. Entretanto, o texto reproduzido no item 2 permite o entendimento de que, no primeiro ano, o Meridional estaria isento de aplicar até o valor correspondente à base (saldo de 31.12.97, corrigido), no segundo, a isenção seria sobre valor correspondente a 90% dessa base e, assim sucessivamente (75%, 55%, 30% e 0% nos anos subseqüentes). Este foi o entendimento do Meridional, corroborado pela Gerência Técnica do Departamento de Operações Bancárias (DEBAN) em Porto Alegre, quando consultada pelo banco. O DEBAN reconhece que o texto mencionado permite tal interpretação, que é diversa da intenção expressa no item 3.
5. Ressalta claro, dada a possibilidade de aplicação da regra da forma exposta no item anterior, que na hipótese de os depósitos de poupança do Meridional situarem-se abaixo da referida base, ele poderá ficar isento do direcionamento obrigatório por prazo muito superior (provavelmente três anos) ao que se pretendia.
6. Em meados do mês de outubro, foi identificada a imprecisão havida na redação da referida regra, ao se verificar que o Meridional não havia cumprido o direcionamento a que supostamente deveria estar sujeito, pois caso adotada a interpretação exposta no item 3, teria incorrido em deficiência de aplicação, desde janeiro do corrente, de cerca de R\$ 40,0 milhões a cada mês. Amparado na interpretação exposta no item 4, não haveria qualquer deficiência.
7. Instado a corrigir a situação, de forma a se enquadrar nos objetivos originários da excepcionalidade autorizada pelo Conselho Monetário Nacional, o Meridional, alegando impossibilidade de recompor a carteira de crédito imobiliário nos moldes definidos, e amparado nos termos dos documentos que formalizaram as prerrogativas que lhe foram concedidas no processo de privatização, sob a também, como mencionado, razoável interpretação exposta no item 4, apresentou proposta no sentido de observar o seguinte cronograma e com as seguintes destinações:



**BANCO CENTRAL DO BRASIL**

Data da Posição	Percentuais do Cronograma	Percentuais de Direcionamento Propostos		
		Letras Hipotecárias	Financiamentos Imobiliários	Exigibilidade Total
31.12.1998	6% (10% de 60%)	-	-	-
31.12.1999	15% (25% de 60%)	15%	-	15%
31.12.2000	27% (45% de 60%)	25%	2%	27%
31.12.2001	42% (70% de 60%)	20%	22%	42%
31.12.2002	60% (100% de 60%)	10%	50%	60%

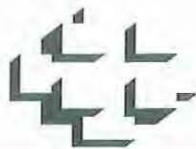
8. Em suma, propõe o Meridional que, sem prejuízo do prazo final de reenquadramento de que trata o tópico 2, anterior, e dos percentuais de aplicação a partir da posição de 31.12.99, seja autorizado a cumprir a exigibilidade originalmente prevista para 31.12.98 até a posição de 31.12.99, e admitida, ademais, a satisfação do direcionamento obrigatório com Letras Hipotecárias em percentual superior ao previsto na Resolução nº 2.519/98, que estabelece como limite 10% da base de incidência (depósitos de poupança).

9. Vale ressaltar, no entanto, que as Letras Hipotecárias somente podem ser emitidas para lastro de excesso de aplicação em financiamentos imobiliários, o que significa dizer que, em termos de direcionamento global de recursos do Sistema Financeiro de Habitação, a parcela não aplicada em financiamentos imobiliários pelo Meridional o foi pela instituição emissora das referidas letras, não acarretando prejuízos ao SFH.

10. Ademais, há que se reconhecer as dificuldades enfrentadas no momento pelos agentes financeiros do SFH, mormente no que diz respeito ao cumprimento da obrigatoriedade de aplicação dos recursos de poupança em financiamentos habitacionais, em decorrência da escassez de demanda ora observada.

11. Nesse contexto, não é diferente a situação do Meridional, agravada, no entanto, pelo fato de estar iniciando a formação de sua carteira de financiamentos, dada a recente privatização do banco, processo que ensejou a venda de toda a carteira imobili-





x x

BANCO CENTRAL DO BRASIL

4

ária da instituição à Caixa Econômica Federal.

12. Desse modo, reconhecendo a falha redacional, que permite a dupla interpretação, e considerando que, de fato, existe a impossibilidade de aplicação imediata dos recursos em financiamentos imobiliários, no montante requerido, entendo se deva autorizar o Meridional a cumprir a exigibilidade de que se trata, na forma proposta.

13. É oportuno consignar que a alteração ora proposta não atinge as demais instituições privatizadas, que contaram com autorização similar para enquadramento gradual do direcionamento dos depósitos de poupança, porque foram orientadas verbalmente pelo Departamento de Operações Bancárias, de início, e posteriormente formalizado o entendimento por correspondência.

14. É o que submeto à apreciação de V.Sas. com meu voto favorável, esclarecido que:

- a) embora se trate de condição mais restritiva em relação à interpretação exposta no item 4 e não haja alteração na data limite originalmente estabelecida, entendo necessário o encaminhamento do assunto ao Conselho Monetário Nacional, tendo presente a mudança na composição do atendimento; e
- b) as alíquotas definidas no quadro constante do tópico 7, anterior, serão ajustadas proporcionalmente em razão de eventual alteração no percentual de direcionamento dos recursos dos depósitos de poupança ao setor habitacional.

Voto do Diretor Luiz Fernando Figueiredo
Em 04.12.1999

VMERIPOUPT2.DOC





BANCO CENTRAL DO BRASIL



COTA/2000/00710/DEJUR/GABIN
Pt. 9700806772

Brasília, 14 de fevereiro de 2000.

BANCO MERIDIONAL - DIRECIONAMENTO DE
RECURSOS DE DEPÓSITOS DE POUPANÇA -
CRONOGRAMA.

Sr. Chefe do DEBAN,

Ao que entendo, a redação do Voto CMN nº 175/97 (BCB nº 383/97), conjugada com a correspondência que lhe foi dirigida, efetivamente ensejaram a interpretação adotada pelo Banco Meridional.

2. Assim e tendo em conta que tal interpretação foi confirmada pela representação regional desse Departamento, parece-me que a instituição tem razão em sua inconformidade com a orientação que lhe foi posteriormente transmitida. Torna-se, pois, aceitável a adoção de uma alternativa para solução do problema.

CAH/maj
14.02.2000

PROCURADORIA-GERAL

Carlos Alberto Hagstrom
ASSESSOR ESPECIAL

A
Diretor
p/ elaborar Voto
a Diretoria e o
CMN.
17.2.2000
3.253.830-4 João Antonio Mascarenhas
Chefe do Departamento





BANCO CENTRAL DO BRASIL

CMN Nº 017/2000

BANCO CENTRAL DO BRASIL - Assuntos de Normas e Organização do Sistema Financeiro e Assuntos de Política Monetária - Crédito Rural - Ajuste transitório no critério de cumprimento da exigibilidade de aplicações em crédito rural de que trata o MCR 6-2 (Recursos Obrigatórios) - Minuta de resolução.

Senhores Conselheiros,

A Diretoria Colegiada do Banco Central do Brasil, em sessão realizada em 10.02.2000, aprovou o incluso Voto BCB nº 029/2000, em que se propõe seja baixada resolução dispondo sobre a exigibilidade de aplicações em crédito rural (MCR 6-2).

2. Na oportunidade, decidiu-se pelo encaminhamento do assunto a este Conselho.
3. É o que submeto à consideração de V.Exas., com meu voto favorável.

Anexo.

VOTO DO CONSELHEIRO
ARMINIO FRAGA NETO
Em 23.02.2000





BANCO CENTRAL DO BRASIL

BCB N.º 029/2000

Voto

Assunto de Normas e Organização do Sistema Financeiro e de Política Monetária - Crédito Rural - Ajuste transitório no critério de cumprimento da exigibilidade de aplicações em crédito rural de que trata o MCR 6-2 (Recursos Obrigatórios).

Senhores Diretores,

Conforme dispõe a regulamentação em vigor, aprovada pelo Conselho Monetário Nacional:

I - as instituições financeiras são obrigadas a manter saldo médio diário de aplicações em crédito rural, não inferior a 25% (vinte e cinco por cento) do saldo médio diário das rubricas contábeis de recursos à vista sujeitas ao recolhimento compulsório (MCR 6-2-2);

II - a verificação do cumprimento da exigibilidade de aplicações é efetivada no quinto dia útil dos meses de março e setembro, com base na média diária da exigibilidade e das aplicações do semestre imediatamente anterior (Resolução nº 2.637, de 25 de agosto de 1999);

III - a instituição que incorrer em deficiência nas aplicações fica sujeita ao recolhimento a este Banco Central, na data da verificação (Resolução nº 2.637, de 1999):

a) do valor da deficiência apurada, que fica retido até a data da verificação subsequente, sem qualquer remuneração; ou

b) de multa de 20% (vinte por cento) calculada sobre o valor da deficiência apurada.

2. A exigibilidade de aplicações sob comento, no semestre compreendido pelos meses de setembro de 1999 a fevereiro de 2000, é aproximadamente a seguinte:

Mês	Base de Cálculo (R\$ Mil)	Exigibilidade (%)	Valor da Exigibilidade (R\$ Mil)
Set/99	26.983.000,00	25	6.745.750,00
Out/99	26.106.000,00	25	6.526.500,00
Nov/99	27.006.000,00	25	6.751.500,00
Dez/99	27.655.000,00	25	6.913.750,00
Jan/00	30.752.000,00	25	7.688.000,00
Fev/00 (Estimada.)	34.368.000,00	25	8.592.000,00
Média do Semestre	28.811.666,67		7.202.916,67

3. Comparativamente com a exigibilidade do mesmo período dos anos 1998/1999, verifica-se

8





BANCO CENTRAL DO BRASIL



que houve um incremento da ordem de R\$ 1.361 milhões:

Mês	Base de Cálculo (R\$ Mil)	Exigibilidade (%)	Valor da Exigibilidade (R\$ Mil)
Set/98	22.846.000,00	25	5.711.500,00
Out/98	23.037.000,00	25	5.759.250,00
Nov/98	22.639.000,00	25	5.659.750,00
Dez/98	21.821.000,00	25	5.455.250,00
Jan/99	24.037.000,00	25	6.009.250,00
Fev/99	25.819.000,00	25	6.454.750,00
Média do Semestre	23.366.500,00		5.841.625,00

4. Segundo informações da Federação Brasileira das Associações de Bancos (FEBRABAN), em pesquisa com os sete maiores bancos, esse acréscimo da exigibilidade, basicamente em decorrência de substancial aumento dos depósitos nos meses de novembro e dezembro de 1999 e janeiro de 2000, deve gerar uma deficiência de aplicações por parte daqueles bancos da ordem de R\$ 512 milhões, sendo que, somente no Banco Brasileiro de Descontos S.A., essa deficiência seria da ordem de R\$ 208 milhões. Nos dados fornecidos pela FEBRABAN, não está computada eventual deficiência apresentada pelo Banco do Brasil S.A.

5. Considerando que as instituições financeiras, em função da regulamentação aplicável à rolagem de dívidas do setor rural, que admitiu o cômputo dos saldos das operações securitizadas ou alongadas por 20 anos para atendimento da exigibilidade, já estão aplicadas na faixa superior a R\$ 40 mil, a deficiência mencionada no item precedente deve ser cumprida com operações de até aquele valor, tarefa de difícil realização em um período de pouco mais de um mês, principalmente nessa época do ano, quando há pouca demanda por créditos da espécie, posto que as culturas já estão em adiantada fase vegetativa.

6. Assim, a deficiência que se vislumbra na exigibilidade do semestre compreendido pelos meses de setembro de 1999 a fevereiro de 2000 deve ser recolhida a este Banco Central, onde permanecerá esterilizada para a finalidade a que se destina, por um período de seis meses.

7. No entanto, a exemplo de procedimento adotado em anos pretéritos, quando fatos imprevistos provocaram substancial aumento na exigibilidade dos bancos, poderia ser admitido que a deficiência de aplicações deste semestre seja adicionada à exigibilidade do período semestral subsequente, alternativamente a seu recolhimento a este Banco Central.

8. Considerando a necessidade de se incentivar o custeio da safra Norte/Nordeste, da safrinha Centro-Sul, da safra de inverno e o pré-custeio da safra de verão 2000/2001, assim como a comercialização de milho, de arroz e de algodão, seria oportuno condicionar a aplicação nessas finalidades de, no mínimo, 80% do valor da deficiência de que se trata.

É o que submetemos à consideração de V.Sas., nos termos da anexa minuta de Resolução, com a nossa manifestação favorável, esclarecido que o assunto deverá ser encaminhado à apreciação do Conselho Monetário Nacional.

Voto dos Diretores Sérgio Darcy da Silva Alves e Luiz Fernando Figueiredo
Em 25.01.2000



RESOLUÇÃO Nº 2.691

Dispõe sobre a exigibilidade de aplicações em crédito rural (MCR 6-2).

O BANCO CENTRAL DO BRASIL, na forma do art. 9º da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, torna público que o CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL, em sessão realizada em 24 de fevereiro de 2000, tendo em vista as disposições dos arts. 4º, inciso VI, da referida Lei e 4º e 14 da Lei nº 4.829, de 5 de novembro de 1965,

RESOLVEU:

Art. 1º A deficiência média de aplicações em crédito rural (MCR 6-2), verificada no período de setembro de 1999 a fevereiro de 2000, na forma do art. 1º da Resolução nº 2.637, de 25 de agosto de 1999, pode ser adicionada à exigibilidade do período semestral subsequente, sob aviso ao Banco Central do Brasil/Departamento de Organização do Sistema Financeiro (DEORF).

Parágrafo único. Na hipótese de utilização da faculdade prevista neste artigo, a instituição financeira:

I - fica desobrigada dos recolhimentos de que trata o art. 3º da Resolução nº 2.637, de 1999, relativamente àquele período;

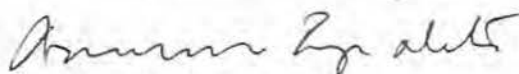
II - deve direcionar, no mínimo, 80% (oitenta por cento) do valor da deficiência para:

a) financiamento da safra Norte/Nordeste, da safrinha Centro-Sul, da safra de inverno e do pré-custeio da safra de verão 2000/2001;

b) Empréstimos do Governo Federal Sem Opção de Venda (EGF/SOV) para milho, arroz e algodão.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 24 de fevereiro de 2000



Armínio Fraga Neto
Presidente

BANCO CENTRAL DO BRASIL

Nota complementar à DENOR-2000/00115, de 21 de janeiro de 2000.

Sr. Chefe do DENOR.

A brusca elevação dos depósitos não remunerados, em decorrência principalmente da Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira (CPMF) resultou no aumento da exigibilidade de aplicações em crédito rural, detectada já em janeiro de 1997.

2. Em decorrência foi admitido que o montante da exigibilidade que excedesse o valor apurado para aplicação no mês de janeiro/97 pudesse ser aplicado até junho/97 (Res. nº 2.353 e 2.357).

3. Pelo voto BCB 319/97, subscrito pelo então Diretor Alkimar, foi facultado que a deficiência verificada no período de março a agosto/97 fosse adicionada à exigibilidade do período semestral subsequente (Voto CMN 134/97 e Res. 2.417).

4. Pelo voto CMN 156/89, subscrito pelo Sr. Ministro da Fazenda, foi admitida que a deficiência verificada no período de março a agosto/98 também fosse adicionada à exigibilidade do período semestral subsequente (Res. nº 2.542).

5. Já para o período de setembro/98 a fevereiro/99, foi admitido que o excesso de aplicações fosse compensado, mediante dedução, da exigibilidade do período semestral subsequente. Situação inversa, portanto, à que vinha vigorando. Justificativa: incentivo para aplicação no financiamento da safra de verão 98/99. Voto apresentado pelo Ministro da Fazenda (CMN 192/98 e Res. nº 2.563).

6. Pelo ofício de BAR 90140, de 18 de agosto de 1999, a FEBRABAN solicitou a repetição da sistemática para o semestre março/99 a agosto/99. Pedido negado.

7. É oportuno salientar que a faculdade de cumprimento da deficiência no período subsequente, somente ocorreu nos semestres março a agosto/97 e março a agosto/98.

8. No cálculo da exigibilidade são expurgados os depósitos realizados na Caixa Econômica Federal, posto que aquela instituição não está sujeita à exigibilidade.

9. Os depósitos realizados em um mês geram a exigibilidade do mês seguinte.

BANCO CENTRAL DO BRASIL

10. A seguir, quadro comparativo das exigibilidades nos semestres set./97 a fev./98, set./98 a fev./99 e set. 99 a fev. 2000:

EXIGIBILIDADE DO MCR 6-2

MÊS	Base de Cálculo	Exigibilidade	Valor da Exigibilidade
	(R\$ Mil)	(%)	(R\$ Mil)
Set/97	20.026.000,00	25	5.006.500,00
Out/97	20.935.000,00	25	5.233.750,00
Nov/97	21.550.000,00	25	5.387.500,00
Dez/97	21.250.000,00	25	5.312.500,00
Jan/98	22.695.000,00	25	5.673.750,00
Fev/98	25.654.000,00	25	6.413.500,00
Média do Semestre I	22.018.133,33		5.504.583,33
Set/98	22.846.000,00	25	5.711.500,00
Out/98	23.037.000,00	25	5.759.250,00
Nov/98	22.639.000,00	25	5.659.750,00
Dez/98	21.821.000,00	25	5.455.250,00
Jan/99	24.037.000,00	25	6.009.250,00
Fev/99	25.819.000,00	25	6.454.750,00
Média do Semestre II	23.366.500,00		5.841.625,00
Variação a maior no sem. II	1.348.366,67		337.041,67
Set/99	26.983.000,00	25	6.745.750,00
Out/99	26.106.000,00	25	6.526.500,00
Nov/99	27.006.000,00	25	6.751.500,00
Dez/99	27.655.000,00	25	6.913.750,00
Jan/2000	30.752.000,00	25	7.688.000,00
Fev/2000 (Estimativa.)	34.368.000,00	25	8.592.000,00
Média do Semestre III	28.811.666,67		7.202.916,67
Variação a maior no sem. III	5.445.166,67		1.361.291,67

À consideração de V. S^a.



9.818.984-0 – Wellington Soares de Almeida
DENOR/GABIN - Assessor Sênior

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL

CRÉDITO RURAL - Programa de Modernização da Frota de Tratores Agrícolas e Implementos Associados e Colheitadeiras.

Senhores Conselheiros,

A necessidade de produzir alimentos e matérias-primas para o abastecimento interno e de gerar excedentes exportáveis em regime de economia aberta e forte competição, requer da agricultura brasileira práticas modernas de produção, valendo-se de tecnologias avançadas, de modo a elevar os níveis de produtividade e reduzir os índices de desperdícios, para o que é imprescindível a modernização do parque de máquinas e equipamentos agrícolas.

2. Estima-se que a idade média da frota de tratores existentes no campo seja da ordem de 12 anos e a de colheitadeiras de 18 anos. Além disso, a nossa agricultura apresenta um dos piores índices de mecanização entres os países que se destacam na produção agrícola mundial.

3. Por essas razões, o Governo vem buscando alternativas que possibilitem a aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas pelos agricultores, em condições de preço e de financiamento compatíveis com a rentabilidade das atividades agropecuárias, tendo contado nos últimos anos com o bom desempenho da linha de crédito patrocinada pelo BNDES/FINAME.

4. Na mais recente demonstração de estímulo à modernização do setor agrícola e, conseqüentemente, de sua produtividade e competitividade, o Excelentíssimo Senhor Presidente da República anunciou como item do "**Programa Brasil Empreendedor Rural**", no dia 19.01.2000, a criação do *Programa de Incentivo à Renovação da Frota de Tratores e Implementos Associados e Colheitadeiras*, cuja base de financiamento, descrita abaixo, submeto à apreciação deste Conselho:

I - FINALIDADE

Aquisição de tratores agrícolas e implementos associados e colheitadeiras, financiada isoladamente ou não.

II - METAS E FONTE DOS RECURSOS

Aplicação de R\$ 1,6 bilhão nos próximos dois anos (sendo R\$ 800 milhões no exercício de 2000 e R\$ 800 milhões em 2001). Os recursos serão oriundos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e da Agência Especial de Financiamento Industrial (FINAME).

III - CONDIÇÕES PARA FINANCIAMENTO

a) Limite:

Beneficiário com renda bruta anual inferior a R\$ 250.000,00: **100%**

Beneficiário com renda bruta anual igual ou superior a R\$ 250.000,00: **90%**

b) Encargos financeiros:

A taxa efetiva de juros será de 8,75% ao ano, para os beneficiários com renda bruta anual inferior a R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais); e de 10,75% ao ano, para aqueles cuja renda bruta anual seja igual ou superior a R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais).

c) Equalização de taxas:

O valor das equalizações pelo Tesouro Nacional, durante o período de vigência dos contratos de financiamento firmados em 2000 e 2001, conforme disposto no item II retro, ficará limitado ao diferencial de taxas entre o custo de captação de recursos junto ao sistema BNDES, representado pela Taxa de Juros de Longo Prazo-TJLP acrescida de três inteiros e noventa e cinco centésimos pontos percentuais ao ano, e os encargos cobrados do tomador final do crédito, sendo que os pagamentos das equalizações nos dois primeiros anos, 2001 e 2002, estarão limitados, respectivamente, a R\$ 64 milhões e R\$ 125 milhões.

d) Prazo e forma de pagamento:

Tratores e implementos: 6 (seis) anos

Colheitadeiras: 8 (oito) anos

e) garantias: as admitidas no crédito rural, a critério do agente financeiro.

IV - PÚBLICO-ALVO

Produtores rurais e suas cooperativas.

5. Ficam as Secretarias do Tesouro Nacional (MF) e de Política Agrícola (MA) autorizadas a definir, em conjunto, as medidas complementares que se fizerem necessárias à implementação deste Voto, a serem divulgadas pelo Banco Central do Brasil.

É como submeto o assunto à consideração de V. Exas., com a anexa minuta de Resolução.

Voto do Conselheiro



PEDRO SAMPAIO MALAN
Ministro de Estado da Fazenda

Em 23.02.2000

RESOLUÇÃO Nº 2.699

Institui o Programa de Modernização da Frota de Tratores Agrícolas e Implementos Associados e Colheitadeiras, ao amparo de recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e da Agência Especial de Financiamento Industrial (FINAME), destinado ao financiamento dos itens de investimento mencionados.

O BANCO CENTRAL DO BRASIL, na forma do art. 9º da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, torna público que o CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL, em sessão realizada em 24 de fevereiro de 2000, tendo em vista as disposições dos arts. 4º, inciso VI, da referida Lei, 4º e 14 da Lei nº 4.829, de 5 de novembro de 1965, 1º da Lei nº 8.427, de 27 de maio de 1992, com a redação dada pela Lei nº 9.848, de 26 de outubro de 1999, e 2º da Medida Provisória nº 2.017-1, de 17 de fevereiro de 2000,

RESOLVEU:

Art. 1º Instituir o Programa de Modernização da Frota de Tratores Agrícolas e Implementos Associados e Colheitadeiras, ao amparo dos recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e da Agência Especial de Financiamento Industrial (FINAME), destinado ao financiamento dos itens de investimento de que se trata, sob as seguintes condições especiais:

I - beneficiários: produtores rurais e suas cooperativas;

II - finalidade: aquisição de tratores agrícolas e implementos associados e colheitadeiras, financiada isoladamente ou não;

III - limite de financiamento:

a) beneficiários com renda agropecuária bruta anual inferior a R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais): 100% (cem por cento);

b) beneficiários com renda agropecuária bruta anual igual ou superior a R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais): 90% (noventa por cento);

IV - encargos financeiros:

a) para os beneficiários de que trata o inciso III, alínea "a": taxa efetiva de juros de 8,75% a.a. (oito inteiros e setenta e cinco centésimos por cento ao ano);

b) para os beneficiários de que trata o inciso III, alínea "b": taxa efetiva de juros de 10,75% a.a. (dez inteiros e setenta e cinco centésimos por cento ao ano);

V - prazo de financiamento:

a) tratores e implementos: seis anos;

b) colheitadeiras: oito anos;

VI - garantias: as usuais para o crédito rural;

VII - volume e aplicação dos recursos: R\$ 1.600.000.000,00 (um bilhão e seiscentos milhões de reais) oriundos do BNDES e da FINAME, com o seguinte cronograma de aplicação: R\$ 800.000.000,00 (oitocentos milhões de reais) no corrente ano e o restante no ano 2001.

Art. 2º Os financiamentos de que trata esta Resolução estão sujeitos à equalização de taxas de juros pelo Tesouro Nacional, nas seguintes condições:

I - o valor das equalizações ficará limitado ao diferencial de taxas apurado entre o custo de captação de recursos perante o sistema BNDES, representado pela Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) acrescida de taxa efetiva de juros de 3,95% a.a. (três inteiros e noventa e cinco centésimos por cento ao ano), e os encargos financeiros cobrados do beneficiário final do crédito;

II - os pagamentos dos valores das equalizações relativas aos anos de 2000 e 2001 serão efetuados, respectivamente, nos anos 2001 e 2002, limitados, na ordem, a R\$ 64.000.000,00 (sessenta e quatro milhões de reais) e a R\$ 125.000.000,00 (cento e vinte e cinco milhões de reais).

Art. 3º Ficam as Secretarias do Tesouro Nacional, do Ministério da Fazenda, e a Secretaria de Política Agrícola, do Ministério da Agricultura, autorizadas a definir, em conjunto, as medidas complementares que se fizerem necessárias ao cumprimento do disposto nesta Resolução, a serem divulgadas pelo Banco Central do Brasil.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 24 de fevereiro de 2000


Armínio Fraga Neto
Presidente

CMN N: 027/2000

PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO DA LAVOURA
CACAUUEIRA BAIANA - Ajustes.

Senhores Conselheiros,

Tendo sido aprovada em 1998, por este Conselho, proposta de reformulação do Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana, compreendendo sobretudo a enxertia e o adensamento de cacauais, com variedades tolerantes à doença "vassoura-de-bruxa" e de alta produtividade, estabelecendo-se metas quantitativas e avaliações periódicas, esperava-se que o processo de reescalonamento de dívidas (por até 8 anos) da fase anterior do Programa e as novas contratações fossem intensificados.

2. Contudo, os saldos devedores, impulsionados pela incidência da TJLP, elevaram-se mais do que a valorização das garantias vinculadas às operações anteriores, dificultando o processo de renegociação de dívidas e a concessão de novos financiamentos a esses mutuários, em que pese a perspectiva de ganhos adicionais via enxertia e adensamento dos cacauais.

3. Reconhecida a impossibilidade de geração de receitas suficientes à regularização de todos os débitos, por parte dos cacauicultores, que também não podem prescindir de um programa que começa a apresentar resultados efetivos no combate à doença, mostra-se conveniente dotar os bancos da alternativa de abrigar aquelas dívidas na Resolução CMN/BACEN nº 2.471/98 (Programa Especial de Saneamento de Ativos—PESA).

4. Para isso, objetivando viabilizar a continuidade da assistência creditícia aos mutuários, estão sendo examinadas medidas de ajustes no Programa, inclusive sob o aspecto jurídico, a serem submetidas à aprovação deste Conselho. Ocorre que, enquanto são desenvolvidos os estudos, as operações anteriores precisam ser mantidas em situação de normalidade, razão pela qual proponho a V.Exas. seja autorizada a manutenção das dívidas em regime especial de espera até 30.06.2000, mesma data-limite fixada para formalização das operações sob a égide do PESA; eventual alteração no prazo para o PESA refletirá igualmente no presente prazo de espera:

5. Ficam as Secretarias de Acompanhamento Econômico e do Tesouro Nacional/MF e de Política Agrícola/MA autorizadas a promover os ajustes que se fizerem necessários à implementação do disposto neste Voto.

É como submeto o assunto à consideração de V. Exas., com a anexa minuta de Resolução.

Voto do Conselheiro

PEDRO SAMPAIO MALAN
Ministro de Estado da Fazenda

Em 23.02.2000

L:\cogpa2000\ivoto003Cacauicf



RESOLUÇÃO Nº 2.698

Dispõe sobre a prorrogação do prazo dos financiamentos do Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana.

O BANCO CENTRAL DO BRASIL, na forma do art. 9º da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, torna público que o CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL, em sessão realizada em 24 de fevereiro de 2000, tendo em vista as disposições dos arts. 4º, inciso VI, da referida Lei e 4º e 14 da Lei nº 4.829, de 5 de novembro de 1965,

RESOLVEU:

Art. 1º Alterar o art. 4º da Resolução nº 2.513, de 17 de junho de 1998, com a redação dada pela Resolução nº 2.638, de 25 de agosto de 1999, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 4º Ficam as instituições financeiras autorizadas a considerar em curso normal, até 30 de junho de 2000, as operações anteriormente formalizadas ao amparo do Programa."

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Fica revogada a Resolução nº 2.638, de 25 de agosto de 1999.

Brasília, 24 de fevereiro de 2000



Armínio Fraga Neto
Presidente